

# PREGÃO ELETRÔNICO

90015/2026

## CONTRATANTE (UASG)

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS -  
CODEMM (933517)

## OBJETO

CONTRATAÇÃO, VIA REGISTRO DE PREÇOS, PARA SOLUÇÃO INTEGRADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, EM LOTE ÚNICO, COMPREENDENDO RECURSOS PEDAGÓGICOS E SENSORIAIS, ATIVAÇÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO APLICADA E SUPORTE DIGITAL, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS – CODEMM

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 124.740.192,92 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e dois centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 13h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. DO OBJETO .....  | 3  |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....  | 3  |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....   | 3  |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....            | 5  |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....   | 7  |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 8  |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO .....  | 11 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....   | 14 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....   | 16 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....                                    | 17 |
| 11. DOS RECURSOS .....  | 17 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....                               | 18 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                 | 20 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....  | 20 |

**EDITAL Nº 015/2026****CODEMM - CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026**

(Processo Administrativo nº 015/2026)

Torna-se público que o Consórcio, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação, via registro de preços, para solução integrada de educação especial inclusiva, em lote único, compreendendo recursos pedagógicos e sensoriais, ativação pedagógica, formação aplicada e suporte digital, destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 36 (trinta e seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. A relação completa dos municípios consorciados aptos a realizarem pedidos são: Oliveira, Carmópolis de Minas, Desterro de Entrerios, Passatempo, São Francisco de Paula, Itaguara e São Brás do Suauí.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. *Havendo divergências entre os valores, marcas, modelos e fabricantes informados no sistema de compras governamentais (Comprasnet) e o documento de proposta anexado na plataforma, PREVALECERÁ àqueles que forem informados em campo próprio do sistema supracitado.*

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5.1. *está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;*

4.5.2. *não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

4.5.3. *não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

4.5.4. *cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.10. Se for o caso, o intervalo para almoço será das 11h00min às 13h00min (horário de Brasília).**

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e valor total do item;

5.1.2. Marca, quando for o caso;

5.1.3. Fabricante, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato

cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio de consulta eletrônica, e em casos excepcionais digitalizados sob pena de falsificação documental caso haja.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [codemmconsorcio@gmail.com](mailto:codemmconsorcio@gmail.com).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp)

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Carmópolis de Minas/MG, 05 de maio de 2026.

---

**Mériton Balduino Alves**  
**Subscritor**  
**MASP 5469-0**

## TR – Termo de Referência

|             |   |
|-------------|---|
| Documento   | Documento-base para instrução processual, padronização técnica e revisão jurídica   |
| Objeto      | Contratação, via registro de preços, para solução integrada de educação especial inclusiva, em lote único, compreendendo recursos pedagógicos e sensoriais, ativação pedagógica, formação aplicada e suporte digital, destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM |
| Abrangência | Consórcio público, municípios participantes e futuras adesões, conforme legislação  |
| Versão      | Versão consolidada para revisão final – abril de 2026   |

Observação metodológica: este documento foi estruturado como peça-base para modelagem de consórcio público, com foco em aderência à Lei nº 14.133/2021, aos Decretos Federais nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025 e à Resolução CNE/CEB nº 1/2024.

### 1. Objeto

1.1. Contratação, via registro de preços, para solução integrada de educação especial inclusiva, em lote único, compreendendo recursos pedagógicos e sensoriais, ativação pedagógica, formação aplicada e suporte digital, destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Da Indissociabilidade e do Lote Único: A Solução Integrada deverá ser ofertada e adjudicada em Lote Único (Preço Global), considerando a estrita indissociabilidade funcional, metodológica e operacional entre os recursos pedagógicos estruturados e equipamentos de

---

---

tecnologia assistiva, de um lado, e os serviços continuados de implementação, ativação pedagógica, orientação de uso, suporte metodológico e acompanhamento técnico-pedagógico, de outro. A fragmentação do objeto compromete a integridade da solução contratada e a efetividade da política pública pretendida, gerando risco relevante de ineficiência, descompasso pedagógico, descontinuidade operacional e subutilização do investimento público.

### 1.3. Da Vedação à Subcontratação do Núcleo do Objeto e da Identidade Tecnológica.

É vedada a subcontratação do núcleo essencial do objeto, sob pena de rescisão contratual, assim compreendidos:

1. A fabricação dos componentes estruturais em madeira/multilaminado dos recursos pedagógicos sensoriais e a responsabilidade integral pelo fornecimento e garantia da solução física;
2. A coordenação central da implementação da solução e a gestão metodológica integrada;
3. A gestão da camada tecnológica, sendo obrigatório que o ambiente virtual de suporte e acompanhamento opere sob domínio ou subdomínio de titularidade da contratada, garantindo a identidade institucional da solução e a responsabilização direta pela operação do serviço digital.

Parágrafo único. Não se caracteriza como subcontratação vedada, sendo admitida para fins de execução contratual: a aquisição comercial de itens acessórios e componentes de múltiplas materialidades (plásticos, metais, tecidos, acrílicos, etc.) necessários à composição dos conjuntos; a contratação de especialistas voltados à validação técnico-pedagógica; bem como o licenciamento de conteúdos digitais de apoio integrados à plataforma da contratada, desde que permaneçam sob sua integral responsabilidade técnica e operacional.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da necessidade da Administração. A presente contratação decorre da necessidade de estruturar, de forma padronizada, segura e tecnicamente orientada, ambientes e recursos pedagógicos voltados à Educação Especial Inclusiva, ampliando a acessibilidade, a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes que demandam mediações diferenciadas, organização sensorial e recursos específicos no ambiente escolar. A experiência administrativa demonstra que a simples disponibilização de recursos físicos, desacompanhada de ativação metodológica, orientação de uso e suporte técnico-pedagógico, compromete a efetividade do investimento público, favorecendo a subutilização dos bens e a perda de coerência na aplicação escolar.

---

---

## 2.2. Do amparo legal e social.

A contratação alinha-se aos comandos da Constituição Federal, especialmente ao art. 208, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, diplomas que asseguram o atendimento educacional especializado, a eliminação de barreiras, a promoção da acessibilidade e o dever estatal de assegurar condições adequadas para uma educação inclusiva e equitativa. A ausência de estrutura adequada aprofunda desigualdades educacionais, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não dispõem, fora da escola, de acesso a terapias, estímulos ou recursos complementares de apoio.

## 2.3. Da necessidade do público-alvo e dos profissionais.

a) Dos estudantes. Os estudantes público-alvo da educação especial, especialmente aqueles com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e perfis que demandam suporte diferenciado, necessitam de ambientes estruturados, previsíveis e pedagogicamente orientados para favorecer regulação sensorial, organização corporal, engajamento e participação nas rotinas escolares. Os recursos físicos estruturados, quando vinculados a intencionalidade pedagógica clara, substituem práticas improvisadas por ambientes seguros, funcionais e compatíveis com as finalidades inclusivas da rede.

b) Dos profissionais. A materialização da inclusão escolar impõe desafios cotidianos aos docentes, gestores, equipes de apoio e demais profissionais da rede. A simples entrega de equipamentos físicos, desacompanhada de orientação metodológica, ferramentas digitais de apoio, protocolos de ativação e acompanhamento técnico, tende a gerar insegurança operacional, uso inadequado e subutilização dos recursos. Os profissionais necessitam de suporte contínuo para transformar o investimento físico em prática inclusiva efetiva.

2.4. Da justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada por possibilitar planejamento eficiente das aquisições, flexibilidade quantitativa, logística coordenada, padronização dos insumos e atendimento progressivo das necessidades dos entes consorciados ao longo da vigência da ata. Em experiências licitatórias recentes de consórcios públicos e redes municipais, o SRP tem sido utilizado para viabilizar ganho de escala, racionalidade administrativa, adesão progressiva dos participantes e contratação futura e eventual sem imposição de consumo integral imediato.

2.5. Da justificativa para aglutinação em Lote Único. A opção por estruturar o objeto em lote único decorre da indissociabilidade funcional, metodológica e operacional entre os recursos pedagógicos estruturados, os equipamentos de tecnologia assistiva, os elementos de

---

---



acessibilidade, o conteúdo digital de apoio e os serviços de ativação pedagógica, formação aplicada, orientação de uso, suporte metodológico e acompanhamento técnico-pedagógico. Modelos licitatórios recentes de redes municipais e consórcios públicos demonstram a viabilidade de contratação integrada de materiais pedagógicos associada à formação e suporte, quando presentes interdependência funcional, necessidade de padronização e responsabilização unitária da contratada. A fragmentação contratual comprometeria a compatibilidade entre os componentes, dificultaria a responsabilização, elevaria custos de coordenação e aumentaria o risco de subutilização do investimento público.

2.6. Da racionalidade administrativa e da padronização. A contratação integrada permite padronização técnica e funcional da solução, maior uniformidade na implantação das unidades escolares, redução de conflitos operacionais entre múltiplos fornecedores e melhor governança da execução contratual. Em contexto de atendimento a diversos municípios, a adoção de arranjo padronizado favorece ganho de escala, melhor gestão pública, eficiência logística e maior previsibilidade na execução, racionalidade também destacada no DFD do consórcio de referência.

2.7. Dos objetivos da contratação. Constituem objetivos da contratação:

- I – disponibilizar solução padronizada de Educação Especial Inclusiva, composta por recursos pedagógicos estruturados, tecnologia assistiva e elementos de acessibilidade, visando atender especificamente ao padrão de qualidade e à qualificação mínima de pessoal estabelecida pela nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- II – assegurar que os recursos físicos sejam acompanhados de conteúdo digital de apoio, orientação de uso e ativação pedagógica compatíveis com sua finalidade;
- III – reduzir o risco de uso inadequado, descaracterização da finalidade educacional e subutilização dos bens adquiridos;
- IV – apoiar tecnicamente os profissionais da rede para utilização segura, coerente e pedagogicamente orientada da solução;
- V – promover maior efetividade, economicidade, padronização e escalabilidade à política pública de inclusão escolar no âmbito dos entes consorciados.

2.8. Da justificativa para não subdivisão em cotas reservadas, quando cabível. A eventual não subdivisão do objeto em cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte deverá fundamentar-se na necessária integralidade técnica, funcional e metodológica da solução, bem como na exigência de padronização entre os componentes físicos, digitais e de suporte. A fragmentação em cotas distintas poderá comprometer a uniformidade da implantação, a compatibilidade entre os elementos contratados, a logística integrada, a manutenção da garantia e a coerência da solução pedagógica, em prejuízo do interesse público e da efetividade da contratação.

---

---

### 3. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao órgão gerenciador e aos entes consorciados.

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de atendimento futuro e eventual dos entes consorciados, com flexibilidade quantitativa, logística coordenada, padronização da solução e possibilidade de contratações conforme a manifestação concreta da demanda ao longo da vigência da ata. Em modelo consorcial semelhante, o SRP foi justificado justamente por permitir ganho de escala, racionalidade administrativa, flexibilidade orçamentária, logística coordenada e adesão progressiva dos entes participantes.

3.3. A escolha da modalidade Pregão decorre do fato de que o objeto, embora integrado, possui padrões mínimos de desempenho e qualidade objetivamente definíveis no edital e neste Termo de Referência, por meio de especificações técnicas, requisitos funcionais, critérios de acessibilidade, parâmetros laboratoriais de desempenho, exigências de garantia, condições de suporte e obrigações operacionais claramente delimitadas.

3.4. O critério de julgamento será o de menor preço global por lote único, considerando que os recursos pedagógicos estruturados, os equipamentos de tecnologia assistiva, os elementos de acessibilidade, o conteúdo digital de apoio e os serviços continuados de implementação, ativação pedagógica, orientação de uso, suporte metodológico e acompanhamento técnico-pedagógico compõem uma solução única e indissociável.

3.5. A adjudicação por lote único justifica-se pela necessidade de preservação da coerência funcional, metodológica e operacional do objeto, evitando-se a fragmentação entre fornecimento físico e serviços correlatos de ativação, formação e suporte. Em referências licitatórias recentes, a contratação integrada de materiais, formação e suporte digital mostrou-se apta a assegurar maior compatibilidade entre os componentes, coerência metodológica, responsabilização unitária e melhor efetividade da política pública.

3.6. Não se admite, para fins de julgamento, a dissociação econômica ou operacional entre os componentes físicos e os componentes de implementação, ativação pedagógica e suporte, devendo a proposta contemplar a integralidade da solução descrita neste Termo de Referência.

3.7. A licitante deverá demonstrar aptidão compatível com a natureza integrada do objeto, abrangendo capacidade para fabricação e fornecimento da solução física, bem como para gestão da implementação, ativação pedagógica,

orientação de uso, suporte metodológico e operação da camada tecnológica vinculada à solução contratada.

3.8. As exigências de habilitação técnica, operacional e documental deverão observar a natureza do lote único, sendo vedada a formulação de requisitos desnecessários ou dissociados do objeto, mas admitidas exigências proporcionais e tecnicamente justificadas destinadas a assegurar:

- I – a qualidade e a segurança dos materiais e equipamentos;
- II – a compatibilidade entre os componentes físicos e digitais;
- III – a efetiva capacidade de implantação da solução;
- IV – a manutenção da padronização, da garantia e da rastreabilidade técnica; e
- V – a mitigação de riscos de inexecução, subutilização ou descaracterização da finalidade educacional do objeto.

3.9. A seleção da proposta mais vantajosa deverá considerar não apenas o valor nominal ofertado, mas a efetiva aderência da solução aos requisitos técnicos, funcionais, pedagógicos, operacionais e de acessibilidade definidos neste Termo de Referência, observada a lógica de ciclo de vida do objeto, a durabilidade dos componentes, a governança da implantação e a preservação da utilidade pública da contratação.

3.10. O procedimento licitatório deverá ser estruturado de modo a assegurar ampla competitividade entre fornecedores aptos a executar integralmente o objeto, sem prejuízo da adoção de critérios técnicos mínimos necessários à proteção do interesse público, à segurança dos usuários, à qualidade da solução e à efetividade da política pública de educação especial inclusiva

## 4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

4.1. Da descrição geral da solução.

A solução objeto deste Termo de Referência consiste no fornecimento integrado de recursos pedagógicos estruturados, equipamentos de tecnologia assistiva, elementos de acessibilidade, QR Code vinculado a conteúdo digital de apoio, bem como serviços continuados de implementação, ativação pedagógica, orientação de uso, suporte metodológico e acompanhamento técnico-pedagógico dos profissionais da rede de ensino, concebidos para utilização em contextos de Educação Especial Inclusiva.

4.2. Da natureza integrada da solução.

A solução deverá ser compreendida como arranjo funcional, metodológico e operacional único, não se limitando ao simples fornecimento de bens. Os componentes físicos, os elementos de acessibilidade, a camada digital de apoio e os serviços de ativação pedagógica e suporte integram um mesmo conjunto, cuja finalidade é viabilizar a utilização segura, orientada e pedagogicamente coerente dos recursos no ambiente escolar.

---

---

4.3. Da composição mínima da solução.

A solução integrada será composta, no mínimo, pelos seguintes elementos:

I – recursos pedagógicos estruturados e equipamentos de tecnologia assistiva, organizados conforme a lógica funcional e pedagógica definida neste Termo de Referência;

II – elementos de acessibilidade aplicados aos produtos, inclusive identificação em Braille, quando exigida para o item correspondente;

III – QR Code vinculado a conteúdo digital de apoio, vídeos explicativos, orientações de uso, protocolos de aplicação e demais materiais correlatos;

IV – acesso à plataforma digital ou ambiente eletrônico de suporte, pelo prazo contratualmente definido;

V – serviços continuados de implementação, ativação pedagógica, orientação de uso, suporte metodológico e acompanhamento técnico-pedagógico;

VI – programa simplificado de treinamento e orientação para adequada utilização da solução pelas equipes da rede;

VII – registros, evidências, instrumentos de apoio e materiais orientativos necessários à utilização da solução no ambiente escolar.

4.4. Da finalidade pedagógica e inclusiva dos recursos físicos.

Os recursos pedagógicos estruturados e os equipamentos de tecnologia assistiva deverão ser concebidos para uso escolar intensivo, com intencionalidade pedagógica e função inclusiva definida, não se caracterizando como itens meramente recreativos, ornamentais ou descontextualizados. Os componentes físicos deverão contribuir para a organização de ambientes de aprendizagem, apoio à mediação pedagógica, regulação sensorial, exploração funcional, coordenação motora, previsibilidade ambiental, descompressão e fortalecimento das práticas inclusivas no cotidiano escolar.

4.5. Da organização pedagógico-funcional da solução.

Para fins de estruturação do objeto, os recursos físicos poderão ser classificados conforme zonas pedagógico-funcionais, observada a lógica metodológica da solução, compreendendo, entre outras possibilidades:

I – Zona 1: sistema vestibular e proprioceptivo, voltado a movimento, equilíbrio, pressão, organização corporal e esforço muscular;

II – Zona 2: integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos;

III – Zona 3: exploração tátil e coordenação motora fina;

IV – Zona 4: descompressão, refúgio e acolhimento;

V – Zona 5: transição, ritual de entrada, previsibilidade e organização.

Parágrafo único. A classificação por zonas possui natureza metodológica e organizacional, servindo de referência para a composição funcional da solução, sem prejuízo do detalhamento individual dos itens e conjuntos.

---

---

4.6. Das especificações técnicas mínimas dos componentes físicos. Os recursos físicos deverão atender, no mínimo, aos seguintes parâmetros:

- I – adequação ao uso escolar intensivo, com resistência estrutural compatível com rotina institucional;
- II – segurança física, estabilidade, ergonomia e acabamento apropriado ao público atendido;
- III – ausência de arestas agressivas, partes cortantes, rebarbas, farpas ou componentes que comprometam a segurança dos usuários;
- IV – compatibilidade com procedimentos de higienização, limpeza e manutenção rotineira;
- V – coerência entre forma, função pedagógica e finalidade inclusiva do item;
- VI – compatibilidade com a camada digital e metodológica da solução.

4.7. Dos requisitos mínimos de acabamento e segurança construtiva. Os itens físicos deverão observar, sempre que aplicável à sua natureza e função, os seguintes requisitos mínimos:

- I – cantos arredondados e acabamento seguro para exploração e uso em ambiente escolar;
- II – superfícies lisas, firmes, estáveis e adequadamente acabadas;
- III – utilização de ferragens e parafusos estruturais compatíveis com a carga, o porte e a função do item, preferencialmente sem ponta exposta em áreas críticas de contato e com comprimento e espessura adequados à estabilidade do conjunto e ao uso escolar intensivo;
- IV – resistência compatível com manipulação frequente por crianças e equipes escolares;
- V – acabamento superficial durável, inclusive com proteção contra desgaste prematuro, riscos e degradação decorrente do uso contínuo;
- VI – observância às normas técnicas aplicáveis de segurança, ergonomia, desempenho e uso escolar.

4.7.1. Da identificação e segurança patrimonial: visando à segurança do patrimônio público, todos os recursos físicos estruturados em madeira deverão ser entregues com gravação a laser do logotipo ou brasão da contratante, com dimensões mínimas de 3 x 3 cm, em local visível, não sendo aceitos carimbos, adesivos ou placas sobrepostas para essa finalidade.

4.8. Dos requisitos mínimos de desempenho da matéria-prima e dos componentes estruturais. Os componentes estruturais dos recursos pedagógicos e sensoriais deverão apresentar desempenho compatível com uso institucional intensivo, segurança dos usuários e durabilidade do investimento público, devendo a licitante comprovar, mediante laudo laboratorial emitido por entidade tecnicamente idônea, o atendimento aos requisitos mínimos de resistência, densidade, dureza, impacto, colagem e acabamento superficial definidos neste Termo de Referência.

---

---

4.8.1. Para os itens estruturais em madeira, compensado, multilaminado ou material equivalente, serão exigidos, conforme aplicável, parâmetros mínimos de desempenho relacionados a:

|     |   |                         |              |
|-----|---|-------------------------|--------------|
| I   | –   | dureza                  | superficial; |
| II  | –   | módulo de elasticidade  | à flexão;    |
| III | –   | resistência             | ao impacto;  |
| IV  | –   | densidade               | aparente;    |
| V   | –   | resistência superficial | a riscos;    |
| VI  | – qualidade da colagem e estabilidade estrutural. |                         |              |

4.8.2. Não serão aceitos materiais que, embora comercialmente disponíveis, não alcancem os índices mínimos de desempenho exigidos para a solução, especialmente quando sua composição, densidade, dureza, resistência mecânica ou comportamento de superfície forem incompatíveis com uso escolar intensivo e com a segurança necessária ao público atendido.

4.8.3. Os requisitos de desempenho deverão ser demonstrados por laudos laboratoriais válidos, emitidos por entidades reconhecidas, com referência expressa às normas técnicas aplicáveis.

4.9. Dos parâmetros mínimos de desempenho laboratorial dos componentes estruturais.

Para os itens cuja estrutura principal seja fabricada em madeira, compensado, multilaminado ou equivalente técnico, a licitante deverá comprovar, por laudo laboratorial emitido por entidade tecnicamente idônea, o atendimento aos seguintes índices mínimos:

- I – Dureza Janka (NBR 7190:2022 ou equivalente): média mínima de 1.600 kgf;
- II – Flexão estática / Módulo de Elasticidade – MOE (ISO 16978 ou equivalente): média mínima de 8.800 MPa;
- III – Resistência ao impacto (NBR 14535:2008 ou equivalente): graduação 5 e média de diâmetro de marcação de, no máximo, 6,7 mm;
- IV – Densidade aparente (ABNT NBR 17002:2021 ou equivalente): média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>;
- V – Resistência a riscos por grafite (NBR 14535:2008 ou equivalente): resultado H ou superior.

4.9.1. Os parâmetros acima visam assegurar resistência mecânica, durabilidade, segurança de uso, estabilidade estrutural e vida útil compatível com o ambiente escolar intensivo.

4.9.2. A Administração poderá aceitar norma técnica equivalente, desde que a licitante comprove, de forma objetiva e documental, a equivalência metodológica do ensaio e a compatibilidade do resultado com o desempenho mínimo exigido.



4.10. Da colagem e estabilidade dos componentes estruturais. Quando aplicável à natureza do item, a matéria-prima estrutural deverá ser produzida com sistema de colagem compatível com uso institucional e resistência à umidade, inclusive com utilização de resina fenólica tipo WBP ou equivalente técnico de desempenho compatível, devendo a licitante comprovar tal característica por documentação técnica do fabricante, laudo ou ficha de especificação.

4.11. Dos requisitos de conformidade sanitária, ambiental e de segurança de acabamento.

Os materiais e acabamentos utilizados na solução deverão ser compatíveis com o uso em ambiente escolar e infantil, observando, sempre que aplicável:

- I – atoxicidade;
- II – adequação ao contato frequente com usuários;
- III – resistência à higienização;
- IV – segurança tátil;
- V – compatibilidade com exigências ambientais, de saúde e de durabilidade;
- VI – origem regular e compatível com as exigências legais e normativas aplicáveis.

4.11.1. Quando previsto para o item correspondente, o acabamento poderá exigir verniz UV, acabamento à base d'água, proteção superficial ou solução equivalente, desde que assegurada resistência, segurança e durabilidade.

4.11.2. O acabamento superficial deverá preservar a integridade do material, garantir toque seguro, facilitar a limpeza e reduzir desgaste prematuro por uso intensivo.

4.12. Dos elementos de acessibilidade.

Os produtos deverão contemplar, conforme aplicável ao item:

- I – identificação em Braille, quando a função do item e sua aplicação justificarem tal exigência;
- II – contraste visual, sinalização complementar ou identificação funcional, quando tecnicamente cabível;
- III – dimensões, leitura, relevo, fixação e durabilidade compatíveis com a finalidade inclusiva da solução;
- IV – demais recursos de acessibilidade compatíveis com a natureza do objeto e com o perfil dos usuários.

4.12.1. As etiquetas em Braille deverão ser confeccionadas em policarbonato texturizado ou material técnico equivalente, com espessura mínima de 0,18 mm, tamanho mínimo aproximado de 66 x 51 mm, cantos arredondados, impressão UV colorida e fixação por adesivo sensível à pressão, garantindo resistência ao toque e à higienização no ambiente escolar.

4.13. Do QR Code e da integração digital. Cada item, conjunto ou solução, quando assim definido neste Termo de

---

---

Referência, deverá conter QR Code aplicado de forma durável, funcional e compatível com o uso escolar, vinculado a conteúdo digital de apoio hospedado em plataforma ou ambiente eletrônico da contratada, contendo, no mínimo:

- I – orientações de uso;
- II – vídeos explicativos;
- III – protocolos de aplicação;
- IV – referências metodológicas;
- V – instruções de ativação pedagógica;
- VI – cuidados de utilização, conservação e segurança.

4.13.1. A etiqueta do QR Code deverá possuir espessura mínima de 0,18 mm, dimensões mínimas de 4 x 4 cm e ser fixada de forma estrutural aos componentes, não sendo aceitos adesivos de papel ou materiais de baixa resistência ao desgaste.

4.14. Da camada digital de apoio. A solução deverá incluir camada digital integrada aos materiais fornecidos, composta, no mínimo, por:

- I – plataforma digital ou ambiente eletrônico de apoio;
- II – conteúdos audiovisuais e orientações vinculadas aos materiais adquiridos;
- III – materiais explicativos e protocolos de uso;
- IV – trilhas de ativação pedagógica e uso orientado;
- V – recursos de consulta destinados aos profissionais da rede de ensino;
- VI – disponibilidade pelo prazo mínimo definido para cada acesso ou licença contratada.

4.15. Dos serviços continuados vinculados à solução. A solução deverá contemplar, como parte integrante do objeto, serviços continuados de implementação e ativação pedagógica, compreendendo, no mínimo:

- I – orientação inicial para implantação e uso da solução;
- II – suporte metodológico vinculado aos materiais fornecidos;
- III – acompanhamento técnico-pedagógico dos profissionais da rede;
- IV – programa simplificado de treinamento e orientação;
- V – encontros de orientação, quando previstos no detalhamento do item ou do pacote contratado;
- VI – apoio à utilização segura, coerente e pedagogicamente orientada dos recursos no ambiente escolar;
- VII – disponibilização de registros, evidências e instrumentos de apoio ao uso da solução.

4.16. Do programa simplificado de treinamento e da ativação pedagógica. O programa simplificado de treinamento deverá integrar a solução contratada e ter por finalidade orientar os profissionais da rede quanto à utilização



segura, funcional e pedagogicamente coerente dos materiais e equipamentos, incluindo, no mínimo:

- I – intencionalidade pedagógica dos recursos;
- II – estratégias de ativação pedagógica;
- III – orientações de uso por contexto funcional;
- IV – cuidados de segurança, conservação e mediação;
- V – articulação entre recursos físicos, acessibilidade, conteúdo digital e prática escolar.

4.17. Da supervisão metodológica e validação técnico-pedagógica. As orientações de uso, o programa simplificado de treinamento, a ativação pedagógica e o conteúdo digital de apoio deverão observar coerência metodológica central, com validação técnico-pedagógica compatível com a complexidade da solução contratada.

4.17.1. A contratada deverá assegurar supervisão metodológica central do programa, de modo a verificar a aderência entre os materiais fornecidos, a plataforma digital, as orientações de uso, o treinamento dos profissionais e as finalidades educacionais e inclusivas da contratação.

4.17.2. O programa simplificado de treinamento deverá ser submetido à coordenação científico-metodológica central da contratada, com validação técnico-pedagógica por profissional com titulação *stricto sensu* compatível com o objeto, admitida titulação de doutorado ou livre-docência, responsável pela verificação da aderência às finalidades educacionais da contratação e da coerência entre os materiais fornecidos, a plataforma digital, as orientações de uso, o treinamento dos profissionais e as estratégias de ativação pedagógica previstas para a adequada utilização dos recursos no ambiente escolar.

4.18. Das normas técnicas aplicáveis. Os itens licitados deverão atender às normas técnicas aplicáveis de segurança, ergonomia, resistência, desempenho, acessibilidade e uso infantil/escolar, inclusive normas ABNT, normas do INMETRO e demais referenciais técnicos pertinentes à natureza do objeto.

4.18.1. A ausência de menção expressa a determinada norma não afasta a obrigação de atendimento aos referenciais técnicos legalmente exigíveis ou tecnicamente compatíveis com o produto ofertado.

4.19. Das comprovações técnicas obrigatórias. Para fins de aceitação da proposta e posterior contratação, poderá ser exigida da licitante, conforme a natureza do item e o detalhamento do edital, a

- a apresentação de:
- I – catálogo técnico do produto;
- II – ficha técnica do fabricante;
- III – laudos laboratoriais de desempenho;

- IV – certificações de conformidade;
- V – declaração de garantia;
- VI – documentação de alinhamento com o fabricante, quando a licitante não for a indústria fabricante;
- VII – amostra física para exame de conformidade;
- VIII – demais documentos técnicos necessários à comprovação objetiva de aderência do produto ao Termo de Referência.

4.20. Do exame de conformidade. Encerrada a etapa competitiva, a Administração poderá exigir da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar a apresentação de amostra física, protótipo, conjunto demonstrativo ou documentação técnica complementar, para exame de conformidade quanto à adequação ao objeto, às especificações mínimas, à qualidade do acabamento, à segurança, à ergonomia, à resistência, à funcionalidade e aos elementos de acessibilidade e integração digital exigidos.

4.20.1. A não conformidade da amostra, quando exigida, com as especificações constantes deste Termo de Referência ensejará a recusa da proposta, observada a convocação da licitante subsequente, na ordem de classificação.

4.20.2. **Da Verificação da Camada Digital:** No ato da apresentação da amostra física, a licitante deverá obrigatoriamente fornecer **login e senha de acesso temporário** (perfil de avaliador) para que a Comissão Técnica possa navegar pela plataforma. Será verificado:

- a) Se o ambiente opera sob o **domínio/subdomínio da licitante**;
- b) A existência de **vídeos tutoriais e pedagógicos** já publicados e vinculados aos produtos ofertados;
- c) A funcionalidade dos **QR Codes das amostras**, que deverão direcionar o avaliador diretamente para o conteúdo correspondente dentro do ambiente logado.

4.20.3. Do Prazo da Amostra e PoC: A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação oficial pelo pregoeiro, para entregar a amostra física e disponibilizar os acessos à plataforma digital para a Prova de Conceito. Excepcionalmente, poderá ser admitida 1 (uma) prorrogação, por igual período, mediante solicitação fundamentada da licitante e aceitação expressa da Administração, desde que não haja prejuízo à celeridade do certame. O não atendimento injustificado ao prazo fixado ensejará a desclassificação da proposta.

4.20.4. **Da Vinculação dos Laudos:** Juntamente com a amostra física, a licitante deverá apresentar os respectivos laudos laboratoriais de desempenho estrutural (Dureza Janka, Módulo de Elasticidade e Resistência

---

---

ao Impacto), **obrigatoriamente em nome da própria licitante ou do fabricante expressamente declarado de sua cadeia de suprimentos**, sendo terminantemente vedada a apresentação de laudos genéricos ou emitidos em nome de terceiros sem vínculo comercial comprovado na proposta.

4.21. Da garantia mínima.  
Os produtos fornecidos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme especificação de cada item, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

4.21.1. Quando não houver prazo específico definido para determinado item, aplicar-se-á garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo de prazo superior ofertado pela licitante em proposta ou exigido para item específico.

4.21.2. Em caso de acionamento da garantia por vício ou defeito de fabricação, a contratada terá o prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da notificação oficial, para realizar o reparo in loco ou a substituição integral do componente danificado, sem qualquer ônus de frete ou deslocamento para a contratante.

4.22. Dos quantitativos do objeto.  
Os quantitativos a serem registrados integrarão a planilha de itens deste Termo de Referência, observando-se:  
I – a estimativa global de unidades, conjuntos, kits, acessos, licenças ou pacotes de ativação pedagógica;  
II – a possibilidade de contratação futura e eventual pelos entes consorciados;  
III – a natureza estimativa dos quantitativos registrados, sem garantia de consumo mínimo;  
IV – a necessidade de compatibilização entre os quantitativos dos componentes físicos e os quantitativos dos acessos, conteúdos e serviços vinculados à solução.

4.23. Da forma de apresentação dos itens e quantitativos.  
Os quantitativos deverão ser apresentados em planilha própria integrante deste Termo de Referência, contendo descrição resumida, descrição técnica, unidade de medida, quantitativo estimado e demais informações necessárias à formulação das propostas e à gestão da ata de registro de preços.

4.24. Da compatibilidade entre os componentes do lote.  
A licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, que todos os componentes do lote único deverão operar de forma integrada, coerente e funcional, sendo de sua responsabilidade assegurar compatibilidade entre os recursos físicos, os elementos de acessibilidade, o QR Code, o conteúdo

---

---

digital, a ativação pedagógica, o suporte metodológico e os serviços continuados vinculados à solução.

4.25. Da tabela de itens, unidades e quantitativos estimados.

| TABELA DEMONSTRATIVA PARA FINS DE LANCES NA DISPUTA   |         |               |                     |  |
|---|---------|---------------|---------------------|--|
| LOTE  | UNIDADE | CATMAT/CATSER | QUANTIDADE ESTIMADA | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR |
| 01  | Unidade | 618881        | 01                  | Lousa interativa                       |
| Vale destacar que o item inserido na plataforma possui caráter meramente ilustrativo, com o objetivo de possibilitar ao licitante a apresentação de sua melhor proposta, devendo, entretanto, considerar os 36 itens que compõem o lote único. Ressalta-se, ainda, que os lances deverão ser ofertados com até quatro casas decimais. |         |               |                     |  |

| TABELA REAL DE TODOS OS ITENS CONTEMPLADOS NO LOTE ÚNICO |  |         |      |             |             |
|--|--|---------|------|-------------|-------------|
| 4.25.1. Zona 1 – Sistema vestibular e proprioceptivo     |  |         |      |             |             |
| Item   | Descrição  | Und.    | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
| 1  | Estação Integrada de Movimento Livre e Autorregulação Sensorial 8 em 1, com Ninho Suspenso Incluso<br>Equipamento pedagógico-sensorial multifuncional, de uso institucional infantil e supervisionado, destinado ao desenvolvimento motor amplo, à integração vestibular e proprioceptiva, à coordenação global, ao equilíbrio, à força, ao planejamento motor, à consciência corporal, à organização espacial e ao apoio a práticas de autorregulação sensorial em ambientes educacionais inclusivos, espaços de educação infantil, salas multissensoriais, brinquedotecas pedagógicas e contextos de | Unidade | 280  |             |             |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>atendimento ao desenvolvimento infantil.</p> <p>A estrutura deverá ser fabricada em madeira multilaminada de bétula com espessura nominal de 18 mm, com acabamento superficial em verniz UV/ultravioleta, superfícies lixadas, bordas arredondadas e tratamento compatível com uso frequente em ambiente escolar. Os elementos cilíndricos estruturais e funcionais deverão ser produzidos em madeira Tauari, com diâmetro aproximado de 28 mm, devidamente encaixados e/ou fixados em pontos rebaixados na estrutura, de modo a garantir segurança, resistência e estabilidade do conjunto.</p> <p>O equipamento deverá possuir dimensões aproximadas de 1,45 m de comprimento x 1,21 m de largura x 1,40 m de altura (C x L x A), admitindo-se variação de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do produto.</p> <p>A estação deverá reunir, no mínimo, as seguintes funções integradas em uma única estrutura:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Escada horizontal superior tipo barras de macaco, composta por aproximadamente 10 roliços em madeira, destinada ao deslocamento suspenso, fortalecimento de membros superiores, coordenação bilateral, noção espacial e desafio motor progressivo.</li> <li>2. Mini parede de escalada fixa, formada por painel lateral inclinado com aproximadamente 8 apoios/obstáculos de escalada, voltada ao fortalecimento muscular, planejamento motor, propriocepção profunda e superação gradativa de desafios.</li> <li>3. Escada fixa em madeira, integrada à estrutura principal, para acesso à parte superior do equipamento, favorecendo subida assistida, coordenação motora global e autonomia funcional.</li> <li>4. Rampa móvel reversível tipo slide sueco, removível e acoplável em diferentes pontos da estrutura, com duas faces de uso: uma face lisa para deslizamento suave e outra face com obstáculos para escalada. A rampa deverá possuir comprimento aproximado de</li> </ol> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>1,36 m e largura aproximada de 0,41 m, com laterais de proteção e encaixe estrutural seguro.</p> <p>5. Escada de corda, confeccionada com cordas robustas e degraus em madeira, destinada à estimulação do equilíbrio, coordenação, preensão, força e organização corporal.</p> <p>6. Rede de escalada lateral, formada por cordas resistentes entrelaçadas, permitindo atividades de travessia, apoio, escalada e integração motora.</p> <p>7. Balanço integrado, compatível com a estrutura, destinado à estimulação vestibular, coordenação corporal e experiências de movimento controlado.</p> <p>8. Ninho suspenso de autorregulação sensorial incluso no conjunto, instalado em ponto superior reforçado da própria estrutura, em formato casulo/gota, confeccionado em material têxtil resistente, com dupla camada, costuras reforçadas e base acolchoada removível, destinado ao acolhimento corporal, à contenção sensorial, ao relaxamento, à leitura mediada, à pausa regulatória e à estimulação vestibular suave.</p> <p>O ninho suspenso deverá fazer parte integrante do fornecimento, não sendo admitido o fornecimento apenas da estrutura com previsão futura de acessório. O conjunto deverá ser entregue completo para uso, com o ninho sensorial já incluído, acompanhado dos respectivos elementos de fixação, suspensão e compatibilização estrutural.</p> <p>A estação deverá contar com estrutura superior reforçada, com travamentos, laterais inclinadas, bases de apoio, elementos de contraventamento, ferragens e componentes de fixação compatíveis com o porte do equipamento e com uso infantil institucional. O conjunto deverá apresentar estabilidade adequada, ausência de arestas vivas, quinas agressivas, pontas expostas, folgas perigosas ou zonas que ofereçam risco indevido ao usuário quando utilizado conforme sua finalidade pedagógica e sob supervisão adulta.</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>O equipamento deverá ser fornecido completo, incluindo todas as peças estruturais, roliços, painéis, rampas, cordas, ferragens, porcas, cavilhas, conectores, balanço integrado, ninho suspenso sensorial, acessórios de instalação e demais componentes necessários à montagem e ao funcionamento, bem como manual de montagem, orientação de uso e indicação expressa de uso infantil supervisionado.</p> <p>A finalidade pedagógica do conjunto compreende a promoção de experiências de brincadeira ativa, integração sensorial, desafio motor progressivo, movimento livre, autonomia, exploração corporal, transição entre ativação e regulação, acolhimento sensorial e desenvolvimento integral, em consonância com propostas educativas que valorizem interações, brincadeira, segurança, acolhimento.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 2   | <p>Conjunto Psicopedagógico de Movimento Livre</p> <p>Conjunto composto por módulos psicomotores em madeira, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, noção espacial, força, autonomia, exploração corporal e integração sensorial, por meio de propostas de movimento livre, escalada leve, travessia, deslocamento e brincadeira ativa, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>2 unidades – Rampa de Escalada Rock Climber com 8 obstáculos</p> <p>Medidas montado: aprox. 100 x 41 x 6 cm (C x L x A).</p> <p>Rampa em madeira, com 8 obstáculos fixados por meio de cavilha de madeira e adesivo atóxico de secagem rápida e homogênea, com proteção lateral fixada por</p>  | Conjunto | 280 |  |  |



|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>cavilhas e parafusos estruturais. Deve possuir sistema de encaixe lateral por rebaixo mínimo de 5 mm, visando maior estabilidade e segurança, bem como extremidade com geometria compatível para conexão a triângulos e demais equipamentos com roliços. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação com no mínimo 3 cm. Certificado pelo Inmetro – 7496/2022-BRI-4.</p> <p>1 unidade – Triângulo Flexível para Escalada</p> <p>Medidas fechado: aprox. 62 x 18 x 90 cm (C x L x A).</p> <p>Estrutura triangular em madeira, com 13 roliços de Tauari, encaixados em rebaixo nas laterais, ajustável para abertura e fechamento em duas posições, com sistema de travamento por manípulo de pressão em madeira e bucha americana. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação com no mínimo 5 x 5 cm. Certificado pelo Inmetro – 7496/2022-BRI-4.</p> <p>1 unidade – Cubo de Exploração Motora e Passagem</p> <p>Módulo em madeira multilaminada/compensado de alta resistência, com estrutura cúbica vazada, aberturas circulares amplas e 5 roliços laterais cilíndricos em madeira, com diâmetro mínimo de 28 mm, medindo aproximadamente 58 x 58 x 58 cm, destinado a atividades de passagem, travessia, escalada leve, coordenação motora ampla e exploração corporal, em uso infantil supervisionado.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 3   | Kit de Exploração Motora, Equilíbrio e Deslocamento  | Conjunto | 280 |  |  |



|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 1 – sistema vestibular e proprioceptivo, voltado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, planejamento motor, organização corporal, força, exploração postural e deslocamento, por meio de atividades de subir, apoiar, transpor, balançar, empurrar, encaixar e explorar movimentos variados, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Rampa Ladder</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 100 x 41 x 6 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>Rampa pedagógica destinada a atividades de escalada, transposição, equilíbrio e coordenação motora ampla, composta por superfície inclinada com 5 obstáculos lineares fixos, laterais de proteção e sistema de encaixe compatível com estruturas psicomotoras associadas. Os obstáculos deverão ser fixados de forma segura, por meio de cavilhas e adesivo atóxico compatível com uso infantil. A rampa deverá possuir proteções laterais fixadas com ferragens estruturais e sistema de encaixe por rebaixo lateral mínimo de 5 mm, favorecendo maior estabilidade durante o uso. A extremidade deverá ser compatível com conexão a estruturas que utilizem roliços ou encaixes cilíndricos equivalentes. Modelo conforme foto em anexo.</p> <p>1 unidade – Arco de Escalada com Pegador</p> <p>Medidas montado: aprox. 96 x 46 x 45 cm (C x L x A).</p> <p>Arco em madeira com 8 roliços de diâmetro mínimo de 28 mm, com espaçamento entre vãos não superior a 13 cm, encaixados nas laterais do arco para maior estabilidade e segurança. Deve apresentar firmeza estrutural e vão interno nas extremidades da alça para facilitar a movimentação.</p> <p>Medidas com variação admissível de até 5%.</p> <p>1 unidade – Lambreta Infantil</p> <p>Medidas montado: aprox. 40 x 33 x 42 cm (C</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |   |          |     |  |  |
|---|---|----------|-----|--|--|
|   | <p>x L x A).</p> <p>Lambreta infantil em madeira, com espaço interno para transporte de brinquedos, 4 rodízios em borracha termoplástica sem freio, com duplo rolamento de esferas, proporcionando rodagem macia, baixo ruído, boa mobilidade, resistência à corrosão e menor marcação do piso. Guidão confeccionado em roliço de pinus. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação com no mínimo 3 cm. Certificado pelo Inmetro.</p> <p>1 unidade – Barco Escada Reverse</p> <p>Medidas montado: aprox. 61 x 99 x 35 cm (C x L x A).</p> <p>Estrutura em madeira com 5 degraus, reversível, permitindo uso como escada de um lado e como barco de embalo do outro, favorecendo equilíbrio, coordenação e exploração motora. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação com no mínimo 3 cm. Certificado pelo Inmetro – 7496/2022-BRI-4.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |          |     |  |  |
| 4   | <p>Conjunto de Exploração Baby</p> <p>Conjunto psicopedagógico em madeira, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, noção espacial, planejamento motor, exploração corporal e organização vestibular na primeira infância, por meio de propostas de movimento livre, travessia, subida, descida, transposição e brincadeira ativa, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Plataforma de Rampas Baixa – Conjunto com 5 Itens (138843)</p> <p>Conjunto psicomotor modular em madeira,</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>destinado a atividades de subida, descida, travessia, transposição, coordenação motora ampla, equilíbrio, noção espacial e exploração corporal, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Medidas do conjunto montado: aprox. 160 x 160 x 18 cm (C x L x A).</p> <p>O conjunto deverá ser composto por 5 módulos, sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plataforma central: medindo aproximadamente 55 x 55 x 18 cm (C x L x A);</li> <li>2. Plataforma de escada: medindo aproximadamente 51 x 55 x 18 cm (C x L x A), com 2 níveis de altura;</li> <li>3. Rampa com carpete: medindo aproximadamente 54 x 55 x 18 cm (C x L x A);</li> <li>4. Rampa lisa: medindo aproximadamente 54 x 55 x 18 cm (C x L x A);</li> <li>5. Rampa com roliços: medindo aproximadamente 51 x 55 x 18 cm (C x L x A), contendo 6 roliços de madeira com diâmetro mínimo de 28 mm.</li> </ol> <p>O conjunto deverá possuir sistema de fixação entre as peças, com a finalidade de evitar deslocamentos indesejados durante o uso, proporcionando maior estabilidade e segurança às crianças. Os módulos deverão apresentar estrutura firme, acabamento seguro, superfícies regulares e resistência compatível com uso frequente em ambiente educacional. Material selecionado de alta qualidade. Modelo conforme foto em anexo. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial.</p> <p>Certificado pelo Inmetro – 7496/2022-BRI-4.</p> <p>1 – UNIDADE – Triângulo de Estímulo Baby</p> <p>Medidas montado: aprox. 49,5 x 51,6 x 45,6 cm (C x L x A).</p> <p>Estrutura triangular em madeira, com laterais em painel e 5 roliços cilíndricos em madeira, fixados de forma a garantir estabilidade, segurança e firmeza no uso. O produto deverá possuir acabamento seguro, bordas arredondadas e superfícies lisas, sendo destinado a atividades de escalada</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>leve, apoio, transposição, coordenação motora ampla, equilíbrio e exploração corporal na primeira infância. Medidas com variação admissível de até 5%. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Rampa de Estímulo Motor Baby</p> <p>Medidas montado: aprox. 120 x 51,6 x 6 cm (C x L x A).</p> <p>Rampa em madeira, composta por 9 chapas de apoio/degraus fixadas sobre base estrutural, compatível para acoplamento ao Triângulo de Estímulo Baby e a outros módulos com proposta de exploração motora. Deverá possuir superfície regular, acabamento seguro, bordas arredondadas e elementos de fixação que assegurem firmeza e estabilidade no uso. Destina-se a atividades de subida, descida, transposição, coordenação motora ampla, equilíbrio, planejamento motor e exploração corporal na primeira infância. Medidas com variação admissível de até 5%. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 5   | <p>Kit Baby de Exploração Motora e Passagem Corporal</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 1 – sistema vestibular e proprioceptivo, voltado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, organização corporal, noção espacial, exploração postural, travessia, balanço e movimento livre, por meio de atividades de passar, subir, apoiar, embalar, transpor e explorar diferentes estruturas motoras, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Circuito Baby com Túnel e 2 Cubos</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>Conjunto com medidas aproximadas de 120 x 40 x 40 cm no módulo túnel e 40 x 40 x 40 cm em cada cubo, admitindo-se variação dimensional de até 5%. Estrutura psicomotora modular destinada a atividades de passagem, travessia, exploração corporal, noção espacial e coordenação motora ampla. Deverá ser composta por 1 túnel/labirinto com 20 roliços fixos, abertura nas duas extremidades, abertura circular superior em uma das extremidades e aberturas laterais para conexão com os cubos; 1 cubo com faces parcialmente fechadas e aberturas livres para passagem da criança; e 1 cubo com 5 roliços, fechamento em parte das faces e abertura inferior de passagem. A parte inferior destinada à passagem deverá manter altura compatível e contínua entre os módulos conectados, favorecendo segurança e fluidez no percurso. Os roliços deverão permanecer firmemente fixados à estrutura.</p> <p>Modelo conforme foto em anexo.</p> <p>1 – UNIDADE – Gangorra de Balanço</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 93 x 48 x 50 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Estrutura em madeira com formato curvo, destinada a atividades de balanço, coordenação motora ampla, equilíbrio, organização vestibular, consciência corporal e exploração do movimento. Deverá possuir 8 peças internas entre as laterais, firmemente encaixadas e fixadas, garantindo estabilidade e resistência no uso. As aberturas entre as peças não deverão ser superiores a 2 cm, visando reduzir o risco de aprisionamento de mãos ou pés. Deverá possuir vãos internos circulares nas extremidades, favorecendo o manuseio e a movimentação do equipamento. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Labirinto de Cubos –</p> <p>Conjunto com 3 Unidades</p> <p>Conjunto modular com medidas aproximadas de 153 x 51 x 50 cm (C x L x A) no conjunto montado e 51 x 51 x 50 cm (C x L x A) em cada cubo, admitindo-se variação dimensional de até 5%. Estrutura em</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |   |         |     |  |  |
|---|---|---------|-----|--|--|
|   | <p>madeira destinada a atividades de passagem, travessia, escalada leve, coordenação motora ampla, noção espacial e exploração corporal. O Cubo 1 deverá possuir 5 roliços em uma lateral, 1 face fechada e 2 faces abertas; o Cubo 2 deverá possuir 6 roliços na face frontal, face posterior fechada e 2 aberturas laterais; e o Cubo 3 deverá possuir 5 roliços em uma lateral, abertura circular superior, face posterior fechada e 1 extremidade aberta. Indicado para compor percursos motores e experiências de exploração livre.</p> <p>1 – UNIDADE – Arco de Coordenação Motora Baby / Escada em Arco</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 119,7 x 57 x 37,2 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Estrutura em madeira destinada a atividades de escalada leve, travessia, apoio corporal, coordenação motora ampla, equilíbrio e noção espacial na primeira infância. Deverá ser composta por 2 laterais curvas estruturais e 15 barras cilíndricas em madeira, firmemente fixadas, proporcionando estabilidade, segurança e resistência no uso. Deverá apresentar acabamento seguro, superfícies lisas, bordas arredondadas e estrutura firme, compatível com uso frequente em ambiente educacional.</p> |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |         |     |  |  |
| 6   | <p>1 – UNIDADE – Estação Sueca Multifuncional de Parede com Acessórios Suspensos, Painel Estrutural Traseiro Modular e Área de Proteção Inferior</p> <p>Equipamento psicomotor vertical, de uso educacional supervisionado, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, força de membros superiores e inferiores, equilíbrio, planejamento motor,</p>   | Unidade | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>consciência corporal, noção espacial, integração vestibular e proprioceptiva, por meio de atividades de escalada, apoio, suspensão, travessia e desafio motor progressivo.</p> <p>A estrutura deverá ser confeccionada em madeira multilaminada de bétula, com barras/roliços cilíndricos em madeira maciça, acabamento seguro, superfícies lisas, bordas arredondadas e resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar. Deverá possuir dimensões aproximadas de 228,4 cm de altura, 82,6 cm de largura e 63,2 cm de profundidade, admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade e a segurança do conjunto.</p> <p>O equipamento deverá ser composto, no mínimo, por:</p> <p>estrutura vertical tipo espaldar sueco, para escalada e apoio corporal;</p> <p>módulo superior de travessia/suspensão, integrado à estrutura principal;</p> <p>barras horizontais cilíndricas em madeira, firmemente fixadas;</p> <p>painéis estruturais laterais e elementos de reforço do módulo superior;</p> <p>painel traseiro estrutural modular, composto por placas menores em madeira, fixadas em múltiplos pontos, com a finalidade de aumentar a rigidez do conjunto, melhorar a distribuição das cargas e reforçar a estabilidade geral do equipamento;</p> <p>escada de corda suspensa, confeccionada em cordas resistentes com degraus cilíndricos em madeira, destinada a atividades de subida, travessia, coordenação bilateral, equilíbrio e planejamento motor;</p> <p>corda de escalada suspensa, confeccionada em corda de alta resistência, com apoios para os pés distribuídos ao longo do comprimento e disco inferior em madeira para apoio adicional, equilíbrio e acesso, destinada a atividades de subida, tração, força e integração proprioceptiva;</p> <p>par de argolas suspensas, confeccionadas</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|



|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>em material resistente, para atividades de suspensão, tração, apoio corporal e coordenação motora;</p> <p>sistema de fixação em parede, compatível com uso institucional e com o porte do equipamento.</p> <p>O conjunto deverá permitir propostas de movimento voltadas a crianças maiores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, favorecendo escalada vertical, travessia, coordenação bilateral, força, equilíbrio, suspensão e integração motora.</p> <p>Deverá acompanhar área de proteção inferior composta por colchonete(s) sob medida, compatível(is) com a largura e a projeção de uso do equipamento, confeccionado(s) em espuma de densidade adequada ao uso infantil institucional, com espessura mínima de 8 cm, revestimento em napa impermeável, lavável e de fácil higienização, costuras reforçadas e acabamento seguro, destinado(s) à proteção e amortecimento durante atividades de escalada, descida, travessia, suspensão e movimento livre.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com instalação no local, a ser executada pela contratada, incluindo montagem, fixação, nivelamento, conferência de estabilidade e entrega em condições de uso. A instalação deverá ocorrer em parede/base estrutural compatível com o porte e a finalidade do equipamento, cabendo ao contratante disponibilizar o local em condições adequadas de fixação. Não será admitida instalação direta em divisórias leves, drywall sem reforço estrutural, superfícies deterioradas ou bases incompatíveis com a carga e o uso previsto, salvo quando houver reforço técnico previamente executado e aprovado.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido completo para instalação e uso, com todos os componentes estruturais, barras, ferragens, suportes, acessórios suspensos, elementos de fixação e colchonete(s) de proteção. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

**O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

|   |  |         |     |  |  |
|---|--|---------|-----|--|--|
| 7 | <p>1 – UNIDADE – Estrutura Psicomotora Autoportante com Travessia Aérea e Acessórios Suspensos</p> <p>Equipamento pedagógico e psicomotor autoportante, de uso institucional infantil supervisionado, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, força, equilíbrio, planejamento motor, consciência corporal, noção espacial, integração vestibular e proprioceptiva, por meio de atividades de escalada, travessia, suspensão, apoio, tração e balanço, indicado para composição de ambientes de Educação Especial Inclusiva, espaços multissensoriais, áreas de movimento e Zona 1 – sistema vestibular e proprioceptivo.</p> <p>A estrutura deverá ser fabricada predominantemente em compensado multilaminado de bétula, com espessura nominal de 18 mm, admitindo-se reforços estruturais na mesma matéria-prima, e barras cilíndricas em madeira maciça compatível com uso institucional infantil. Deverá possuir acabamento superficial em verniz UV/ultravioleta atóxico, superfícies lisas, bordas arredondadas e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, com resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> <p>O equipamento deverá possuir dimensões aproximadas de 229 cm de altura x 145,6 cm de largura x 84 cm de profundidade, com travessia aérea superior de aproximadamente 229 cm de comprimento, admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do produto.</p> | Unidade | 280 |  |  |
|---|--|---------|-----|--|--|

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>O conjunto deverá ser composto, no mínimo, por:</p> <p>Estrutura principal autoportante, com dois planos verticais laterais, travamento inferior e superior e elementos de reforço estrutural, destinada à sustentação segura do conjunto.</p> <p>Travessia aérea horizontal superior tipo barras de macaco/monkey bars, destinada a atividades de deslocamento suspenso, fortalecimento de membros superiores, coordenação bilateral, organização espacial e desafio motor progressivo.</p> <p>Lateral tipo espaldar/escada vertical em madeira, com barras horizontais cilíndricas firmemente fixadas, para atividades de escalada, apoio corporal, subida assistida e coordenação motora ampla.</p> <p>Lateral em rede de cordas resistente, destinada a atividades de escalada, apoio, travessia e integração motora.</p> <p>Escada de corda suspensa, confeccionada com cordas robustas e degraus resistentes, voltada a atividades de subida, equilíbrio, planejamento motor e coordenação bilateral.</p> <p>Corda de escalada suspensa, com apoios para os pés ou elementos facilitadores de subida, destinada ao fortalecimento muscular, propriocepção, tração, coordenação e exploração corporal.</p> <p>Par de argolas suspensas com regulação de altura, destinadas a atividades de suspensão, apoio corporal, força, estabilidade de ombros e coordenação motora.</p> <p>Balanço suspenso tipo disco ou equivalente funcional, destinado à estimulação vestibular, equilíbrio, coordenação corporal e experiências de movimento controlado.</p> <p>A estrutura deverá possuir pontos superiores reforçados para suspensão dos acessórios, bem como ferragens, conectores, parafusos, buchas, porcas, arruelas, travamentos e demais elementos de fixação compatíveis com o porte do equipamento e com o uso escolar intensivo, sem pontas expostas em áreas críticas de contato. O conjunto deverá apresentar</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>estabilidade adequada, distribuição segura de cargas, resistência compatível com a finalidade pedagógica e ausência de folgas perigosas.</p> <p>O equipamento deverá acompanhar colchonete(s) de proteção inferior, compatível(is) com a área útil e a projeção de uso do conjunto, confeccionado(s) em espuma de densidade adequada ao uso infantil institucional, com espessura mínima de 8 cm, revestimento impermeável, lavável e de fácil higienização, costuras reforçadas e acabamento seguro, destinado(s) à proteção e amortecimento durante atividades de subida, descida, travessia, suspensão, balanço e exploração motora. O conjunto deverá ser fornecido completo, entregue e instalado no local indicado pela Prefeitura/Secretaria de Educação, incluindo todos os componentes estruturais, barras, painéis, rede, cordas, argolas, balanço, ferragens, conectores, colchonete(s), acessórios de montagem, montagem final, posicionamento, nivelamento, fixação, conferência de estabilidade, testes básicos de uso e orientação básica de uso e segurança, devendo ser entregue totalmente montado, instalado e operacional.</p> <p>Caberá ao contratante indicar o local de instalação e disponibilizá-lo em condições adequadas para execução do serviço, com base estrutural compatível, acesso liberado e infraestrutura mínima necessária. Não será admitida instalação em base incompatível, superfície deteriorada ou local sem condições técnicas de montagem segura, salvo quando previamente regularizado pelo contratante. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |  |  |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p>  |  |  |  |  |

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

|   |   |         |     |  |
|---|---|---------|-----|--|
| 8 | <p>1 – UNIDADE – Parede Psicomotora de Escalada Modular de Escalada Progressiva com Área de Proteção Inferior</p> <p>Equipamento psicomotor vertical, de uso institucional infantil supervisionado, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, força, equilíbrio, planejamento motor, coordenação bilateral, consciência corporal, noção espacial e organização proprioceptiva, por meio de atividades de escalada, apoio, transposição e deslocamento vertical.</p> <p>O conjunto deverá possuir dimensões aproximadas de 234 cm de largura por 236 cm de altura, admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do produto.</p> <p>O sistema deverá ser composto por painéis modulares verticais de escalada, com dimensões aproximadas de 118 x 78 cm por placa, ou modulação equivalente compatível com a composição final do conjunto, formando parede contínua de escalada. Cada placa deverá ser confeccionada em compensado multilaminado de bétula com espessura nominal de 18 mm, com acabamento seguro, superfícies lisas, bordas arredondadas e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, em conformidade com uso escolar intensivo. Os manuais da referência indicam painéis de 18 mm e aplicação em escolas, jardins de infância, centros de fisioterapia e outros espaços públicos.</p> <p>O equipamento deverá conter apoios/agarras fixas distribuídos ao longo do conjunto, em quantidade compatível com a proposta funcional do produto, com fixação firme, acabamento seguro e ausência de arestas agressivas, folgas perigosas ou pontos de risco indevido ao usuário. As agarras deverão ser fixadas por parafusos compatíveis, com aperto</p> | Unidade | 280 |  |
|---|---|---------|-----|--|

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>suficiente para impedir rotação durante o uso, admitindo-se como referência técnica parafuso central tipo M10, com torque de aperto compatível com a segurança da peça. O manual de instalação da referência informa uso de parafusos M10 e aperto de 20 a 25 Nm para impedir rotação das agarras.</p> <p>Cada painel deverá possuir múltiplos pontos de fixação em parede, admitindo-se, como referência mínima, 6 pontos de fixação por placa, distribuídos de forma a garantir estabilidade e adequada transferência de carga para a base estrutural. A instalação deverá ocorrer em parede interna estrutural compatível, com borda inferior do painel posicionada a no máximo 20 cm do piso, podendo ser instalada diretamente sobre o piso quando tecnicamente viável. Como referência técnica do sistema-base, a instalação é feita com marcação prévia dos furos, furação perpendicular com broca de 10 mm e profundidade mínima de 100 mm, seguida de fixação com buchas e parafusos adequados ao substrato.</p> <p>O conjunto deverá ser fornecido com sistema completo de fixação em parede, incluindo ferragens, suportes, parafusos, buchas, travamentos e demais acessórios necessários à montagem segura, devendo a instalação ocorrer em base estrutural compatível e ser executada de forma a assegurar estabilidade, resistência e segurança durante o uso. O manual também recomenda instalação profissional em espaços públicos e verificação da estabilidade da ancoragem antes do uso.</p> <p>Deverá acompanhar área de proteção inferior composta por colchonete(s) de impacto, compatível(is) com a largura do conjunto e a projeção da área de uso, destinada(s) à proteção e amortecimento durante atividades de escalada, descida e apoio corporal. Os colchonetes deverão ser confeccionados em espuma de densidade adequada ao uso infantil institucional, com revestimento impermeável, lavável e de fácil higienização, base antiderrapante e sistema de união entre módulos para evitar</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>afastamentos durante o uso. Como referência técnica do sistema-base, os módulos de impacto possuem dimensão padrão de aproximadamente 780 x 780 x 72 mm, devem ser assentados sobre superfície plana e seca, com a face antiderrapante voltada para baixo e unidos entre si por velcro.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido completo, entregue e instalado no ambiente escolar indicado pela contratante, já inclusos no preço ofertado, sem ônus adicional à Administração, incluindo todos os painéis, apoios/agarras, ferragens, acessórios de fixação, colchonete(s) de proteção, transporte, montagem, instalação, conferência de estabilidade, testes básicos de uso e orientação básica de uso e segurança, devendo ser entregue montado, instalado e operacional.</p> <p>Caberá ao contratante indicar o local de instalação e disponibilizá-lo em condições adequadas para execução do serviço, com base estrutural compatível, acesso liberado e infraestrutura mínima necessária. Não será admitida instalação em base incompatível, superfície deteriorada ou local sem condições técnicas de montagem segura, salvo quando previamente regularizado pelo contratante. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 9   | <p>Kit Modular de Equilíbrio, Travessia e Escalada Motora</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 1 – sistema vestibular e proprioceptivo, voltado ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora ampla, planejamento motor, consciência corporal, organização</p>   | Conjunto | 280 |  |  |



|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>espacial, controle postural, transposição, apoio e exploração do movimento, por meio de atividades de travessia, escalada leve, deslocamento, composição de percursos e circuito motor progressivo, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Trilha Modular de Equilíbrio</p> <p>Equipamento psicomotor modular, de uso institucional infantil supervisionado, destinado ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora ampla, planejamento motor, consciência corporal, organização espacial e controle postural, por meio de atividades de travessia, apoio, deslocamento e composição de percursos no solo.</p> <p>O conjunto deverá ser composto por, no mínimo, 6 vigas de equilíbrio, 6 bases ou pedras de apoio e 6 conectores, permitindo diferentes configurações de montagem e percursos variados, conforme a proposta pedagógica de uso.</p> <p>As vigas deverão possuir dimensões aproximadas de 75 x 11 x 5 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do produto.</p> <p>Os módulos deverão apresentar superfície lisa, bordas arredondadas, acabamento seguro e resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar, devendo ser utilizados sobre superfície plana, firme e nivelada.</p> <p>O equipamento deverá possibilitar propostas de travessia, circuito motor, organização corporal, controle de marcha, coordenação bilateral e desafio motor progressivo, favorecendo exploração segura e brincadeira ativa em contexto educacional.</p> <p>1 – UNIDADE – Triângulo de Escalada</p> <p>Motora Articulado com Rampa de Escalada</p> <p>Equipamento psicomotor articulado, de uso institucional infantil supervisionado, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, força, planejamento motor, consciência</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>corporal, transposição, apoio e exploração do movimento, por meio de atividades de escalada leve, subida, descida e circuito motor progressivo.</p> <p>O conjunto deverá ser composto por estrutura triangular articulada com 4 módulos, permitindo múltiplas configurações de uso, admitindo-se, como referência funcional, até 9 possibilidades de montagem, com travamento por manípulos de madeira ou sistema equivalente, garantindo segurança, firmeza e estabilidade durante a utilização.</p> <p>Cada módulo da estrutura deverá possuir dimensões aproximadas de 62 x 9 x 56 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do produto.</p> <p>Deverá acompanhar 1 rampa de escalada com dimensões aproximadas de 100 x 41 x 6 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, confeccionada em madeira e dotada de 8 obstáculos fixos, firmemente instalados por meio de cavilhas e adesivo atóxico ou sistema equivalente de alta resistência.</p> <p>A rampa deverá possuir proteção lateral e sistema de encaixe por rebaixo mínimo de 5 mm nas laterais, ou solução técnica equivalente, com a finalidade de aumentar a segurança, a estabilidade e o correto assentamento da peça durante o uso.</p> <p>A estrutura e a rampa deverão ser confeccionadas predominantemente em compensado multilaminado de bétula ou madeira de alta resistência equivalente, com acabamento seguro, superfícies lisas, bordas arredondadas, ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, compatíveis com uso frequente em ambiente educacional.</p> <p>O conjunto deverá ser indicado para propostas de movimento livre, escalada leve, transposição, coordenação motora ampla, equilíbrio, força muscular, autonomia e confiança corporal, podendo compor circuitos psicomotores em</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|  |   |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|
|  | ambientes de Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva, espaços multissensoriais e áreas de movimento.<br>O equipamento deverá ser fornecido completo para uso, com estrutura articulada, rampa, manípulos, sistemas de travamento, ferragens e acessórios necessários à montagem e funcionamento, acompanhado de orientação básica de uso e segurança. Indicado para uso infantil supervisionado. |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|

**O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

#### 4.25.2. Zona 2 – Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos

| Item | Descrição   | Und.     | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---|----------|------|-------------|-------------|
| 10   | <p>Kit Sensorial de Luz, Cor e Exploração Visual<br/>Conjunto multissensorial destinado à Zona 2 – Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos, voltado ao desenvolvimento da atenção visual, percepção cromática, observação, comparação, organização espacial, exploração de transparências e construção de experiências visuais calmas e previsíveis, em uso infantil supervisionado. Indicado para ambientes de Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva, espaços multissensoriais e salas sensoriais com foco em regulação visual e exploração de luz de baixa intensidade.</p> <p>Composição:<br/>1 – UNIDADE – Caixa de Luz LED Colorido RGB com Controle</p> <p>Matéria-prima: confeccionada em compensado multilaminado de bétula, por se tratar de madeira de maior resistência, qualidade e menor propensão a sofrer impactos de cupins, insetos em geral e umidade. Fabricada com resina WBP na colagem, resistente à água, com painel calibrado e oscilação máxima de espessura de -0,3 mm, proporcionando superfície 100%</p> | Conjunto | 280  |             |             |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>lisa, sem levantamento de farpas, com maior durabilidade e qualidade final do produto.</p> <p>Estrutura em madeira de 18 mm de espessura, com colagem em cola fenólica (naval), resistente à água e à umidade. A fixação da parte estrutural deverá ser realizada com ferragens e componentes que ofereçam maior resistência e segurança, sem elementos pontiagudos expostos.</p> <p>Sistema de iluminação composto por fita LED colorida RGB, com controle para seleção de cores e variações luminosas, acompanhada de botão liga e desliga, fonte eletrônica e componentes compatíveis com o sistema, em bivolt automático. A superfície luminosa deverá ser composta por lente em acrílico leitoso de 3 mm de espessura, proporcionando difusão homogênea da luz.</p> <p>Acabamento: todas as quinas arredondadas e com quebra de canto do perfil para proteção das crianças. Deverá receber aplicação de verniz UV atóxico incolor, resistente à água e com propriedade antichamas, preservando a cor natural da madeira. Todos os topos deverão ser selados com fundo e verniz, garantindo toque suave e maior durabilidade.</p> <p>Produto: medidas aproximadas de 64 x 45 x 6 cm (C x L x A). Tampa superior em acrílico encaixada nas laterais, com possibilidade de retirada para manutenção quando necessário. Material selecionado de alta qualidade. Modelo conforme foto em anexo. Medidas com variação admissível de até 5%.</p> <p>Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação, com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial.</p> <p>Certificado pelo Inmetro – 7496/2022-BRI-7.</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa de Luz Média RGB com Rodízios de Borracha Termoplástica e Controle –</p> <p>O sistema de iluminação deverá ser composto por fita LED RGBW, com 2,5 W de potência, vida útil mínima de 25.000 horas, controle remoto para troca de cores, botão liga e desliga, conector Jack J4 para painel, fonte eletrônica e funcionamento em bivolt automático. A superfície luminosa deverá ser composta por lente em acrílico leitoso de 3</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>mm de espessura, proporcionando difusão homogênea da luz.</p> <p>O equipamento deverá possuir 4 rodízios de borracha termoplástica com freio, confeccionados com duplo rolamento de esferas, proporcionando rodagem macia, melhor mobilidade, baixo ruído, conforto no deslocamento e menor marcação do piso. Os rodízios deverão apresentar resistência à corrosão, maciez, boa mobilidade e estabilidade no uso.</p> <p>A mesa deverá possuir suporte inferior para guardar brinquedos e materiais pedagógicos, bem como dois puxadores nas extremidades longas para facilitar o manuseio. Deverá contar ainda com pistões para baixar a base da parte superior onde se localiza o sistema de iluminação, além de fechadura com chaves, de modo a permitir o fechamento da tampa e evitar a exposição de fios e componentes internos às crianças. As laterais deverão possuir desenho em forma de onda, contribuindo para reconhecimento visual de formas curvas e composição estética do produto.</p> <p>Produto: medidas aproximadas de 50 x 60 x 62 cm (C x L x A). Mesa de luz pequena com 4 rodízios de borracha termoplástica com freio, suporte inferior para guardar brinquedos e sistema de iluminação LED RGBW com controle remoto para troca de cores.</p> <p>Material selecionado de alta qualidade.</p> <p>Modelo conforme foto em anexo. Medidas com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação, com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial. Certificado pelo Inmetro.</p> <p>12 – UNIDADES – Blocos Translúcidos para Exploração de Luz e Cor</p> <p>Conjunto composto por 12 blocos translúcidos, destinados à exploração visual de luz, cor, transparência, sobreposição, composição geométrica e percepção espacial, compatíveis com painel ou caixa de luz.</p> <p>Os blocos deverão contemplar 6 formas geométricas, em múltiplas cores, compondo as cores primárias e secundárias, totalizando</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>6 cores diferentes, sendo:</p> <p>Quadrado: aprox. 10 x 10 x 2,6 cm, na cor verde;</p> <p>Retângulo: aprox. 5 x 10 x 2,6 cm, na cor amarela;</p> <p>Triângulo: aprox. 10 x 10 x 2,6 cm, na cor azul;</p> <p>Círculo: aprox. 10 x 10 x 2,6 cm, na cor roxo/lilás;</p> <p>Meio círculo: aprox. 5 x 10 x 2,6 cm, na cor laranja;</p> <p>Triângulo escaleno: aprox. 7,5 x 10 x 2,6 cm, na cor vermelha.</p> <p>Medidas com variação admissível de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a segurança e a proposta pedagógica do conjunto.</p> <p>20 – UNIDADES – Bolachas de Madeira para Exploração Visual e Classificação</p> <p>Conjunto composto por 20 bolachas em madeira, com diâmetro aproximado de 10 cm, destinadas a atividades de apoio visual, classificação, comparação, marcação de percurso, composição sobre superfície iluminada e exploração pedagógica complementar no kit de luz e cor. Medidas com variação admissível de até 5%.</p> <p>30 – UNIDADES – Cilindros de Estímulo Visual</p> <p>Conjunto composto por 30 cilindros brilhantes, destinados a atividades de organização, agrupamento, comparação de altura, composição visual, percepção cromática e exploração sobre superfície iluminada ou não iluminada. Cada cilindro deverá possuir aproximadamente 9,5 cm de altura e 3 cm de diâmetro, admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 11  | Kit Sensorial de Reflexo e Exploração Visual<br>Conjunto multissensorial destinado à Zona 2  | Conjunto | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>– Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos, voltado ao desenvolvimento da percepção visual, autoimagem, reconhecimento corporal, atenção sustentada, orientação espacial, observação de reflexos e exploração sensorial de baixa intensidade, em uso infantil supervisionado. Indicado para ambientes de Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva, espaços multissensoriais e salas sensoriais com foco em regulação visual calma e experiências reflexivas seguras.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Caixa Espelhada</p> <p>Caixa sensorial confeccionada em compensado multilaminado de bétula de 18 mm, com acrílico espelhado embutido em uma das faces, destinada à exploração de reflexos, percepção visual e uso sensorial em atividades calmas e dirigidas.</p> <p>Acabamento com quinas arredondadas, quebra de canto do perfil, superfícies lisas e verniz UV atóxico incolor, resistente à água e com propriedade antichamas, preservando a cor natural da madeira.</p> <p>Medidas aproximadas de 64 x 45 x 6 cm (C x L x A), com variação admissível de até 5%.</p> <p>Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação, com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial.</p> <p>Certificado pelo Inmetro.</p> <p>1 – UNIDADE – Painel Espelhado</p> <p>Painel sensorial confeccionado em compensado multilaminado de bétula de 18 mm, com acrílico espelhado central de espessura mínima de 1,5 mm, destinado à observação da autoimagem, reconhecimento corporal, orientação espacial e exploração visual calma.</p> <p>Deverá possuir suporte para fixação em posição horizontal e vertical, além de 1 ripa de roliço de madeira maciça na horizontal para apoio das crianças.</p> <p>Acabamento com quinas arredondadas, superfícies lisas e verniz UV atóxico incolor, resistente à água e com propriedade antichamas.</p> <p>Medidas montadas aproximadas de 108 x 12 x 59 cm (C x L x A), com variação admissível</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|



|   |   |          |     |  |  |
|---|---|----------|-----|--|--|
|   | <p>de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação, com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial. Certificado pelo Inmetro.</p> <p>1 – UNIDADE – Triângulo Espelhado</p> <p>Estrutura sensorial triangular confeccionada em compensado multilaminado de bétula de 18 mm, com acrílico espelhado de espessura mínima de 1,5 mm, destinada à exploração de reflexos, percepção de imagem, reconhecimento visual e experiências sensoriais de baixa intensidade.</p> <p>Deverá ser conectada em seus três lados por sistema de segurança com parafusos estruturais, de modo a evitar abertura indevida e aumentar a resistência do conjunto.</p> <p>Acabamento com quinas arredondadas, superfícies lisas e verniz UV atóxico incolor, resistente à água e com propriedade antichamas.</p> <p>Medidas montadas aproximadas de 104 x 50 x 90 cm (C x L x A), com variação admissível de até 5%. Inclusa gravação a laser do logotipo da Secretaria de Educação, com no mínimo 3 cm, para identificação patrimonial. Certificado pelo Inmetro.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |          |     |  |  |
| 12  | <p>Kit Sensorial Espelhado de Exploração</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à estimulação sensorial, percepção visual, consciência corporal e desenvolvimento da identidade, favorecendo exploração do reflexo, autorreconhecimento, investigação do próprio corpo, coordenação motora e interação com o ambiente, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Painel Geométrico Espelhado com Apoio</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>Produto com medidas aproximadas de 110 x 8 x 60 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Painel de parede com múltiplas aberturas circulares contendo espelhos de segurança, com estrutura em madeira e apoio inferior tipo barra. Os espelhos deverão possuir diferentes dimensões, favorecendo variações de observação, enquadramento visual e exploração do reflexo em diferentes posições.</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa Sensorial com Tampo Espelhado e Nichos Inferiores</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 91 x 48 x 53 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Mesa pedagógica com tampo superior em acrílico espelhado de segurança, embutido ou fixado de forma segura à estrutura. Deverá possuir nichos inferiores abertos para armazenamento e acompanhar 3 bandejas ou caixas organizadoras removíveis, transparentes ou translúcidas, compatíveis com o móvel. Indicada para exploração visual, manipulação de objetos, observação de reflexos e brincadeira investigativa.</p> <p>1 – UNIDADE – Espelho Triplo de Exploração e Autorretrato</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 100 x 2,5 x 36 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Conjunto composto por 3 painéis articulados com superfície refletiva em acrílico espelhado de segurança, montados em estrutura de madeira. Deverá permitir diferentes ângulos de abertura e uso sobre mesa, piso ou outra superfície plana e firme, favorecendo observação do rosto, do corpo, de objetos e de múltiplas perspectivas visuais.</p> <p>1 – UNIDADE – Espelho de Mão para Exploração Visual</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 18,5 x 2 x 12 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. A área refletiva central deverá possuir diâmetro aproximado de 8 cm, admitindo-se variação de até 5%. Espelho de mão com estrutura de madeira e alças laterais integradas, compatíveis com a</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |   |         |     |  |  |
|---|---|---------|-----|--|--|
|   | <p>pega infantil, com espelho ou acrílico espelhado simples fixado em rebaixo central. Indicado para observação do rosto, do corpo, de objetos e do ambiente em propostas individuais ou em pequenos grupos.</p> <p>2 – UNIDADES – Espelho Autoportante Inclinado para Exploração Visual</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 31,8 x 29,2 x 23,5 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Espelho autoportante com estrutura inclinada em madeira e espelho ou acrílico espelhado simples fixado em rebaixo próprio. Deverá possuir base estável, laterais firmes e inclinação compatível com a visualização pela criança, podendo ser utilizado sobre piso, mesa, bancada ou outra superfície plana e firme.</p>   |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |         |     |  |  |
| 13  | <p>1 – UNIDADE – Nicho Sensorial com Painéis Translúcidos para Integração Visual Calma</p> <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 2 – Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos, voltado à exploração visual, percepção de luz e cor, observação de reflexos, permanência breve em ambiente acolhedor e organização sensorial por meio de estímulos visuais suaves e controlados.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 85 x 76 x 85 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O nicho deverá possuir estrutura autoportante semifechada, com fechamento lateral e superior curvo, abertura frontal ampla para entrada e saída da criança e</p> | Unidade | 280 |  |  |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>elementos visuais translúcidos ou coloridos incorporados à cobertura, favorecendo a passagem de luz e a criação de ambiente visual acolhedor e de baixa sobrecarga. As laterais e/ou painéis internos deverão possuir aberturas circulares ou recortes sensoriais, podendo incluir áreas com espelho de segurança, acrílico translúcido, acrílico colorido, textura visual ou soluções equivalentes compatíveis com a proposta do item, permitindo experiências de observação, descoberta, percepção visual e interação sensorial leve.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo: estrutura principal tipo nicho sensorial, com fechamento lateral e cobertura superior; abertura frontal ampla, compatível com o acesso seguro da criança; painéis translúcidos ou coloridos na cobertura, em quantidade compatível com a proposta visual do produto; aberturas sensoriais laterais ou frontais, com elementos de exploração visual compatíveis com uso infantil supervisionado; base interna de permanência confortável, com colchonete revestido em napa ou material impermeável equivalente, de fácil higienização, removível ou fixado de forma segura.</p> <p>O item deverá favorecer propostas de exploração visual calma, percepção de luz e cor, observação de reflexos, permanência breve, acolhimento leve e organização sensorial, podendo ser utilizado em salas sensoriais, espaços multissensoriais, ambientes de Educação Infantil e contextos de Educação Especial Inclusiva.</p> <p>A estrutura deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro, ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, além de resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> |  |  |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza</b></p>  |  |  |  |  |

**Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

|    |   |         |     |  |  |
|----|---|---------|-----|--|--|
| 14 | <p><b>1 – UNIDADE – Arco Sensorial com Painéis de Acrílico Colorido</b></p> <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 2 – Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos, voltado à exploração de luz, cor, percepção visual, permanência breve em ambiente acolhedor e organização sensorial por meio de estímulos visuais suaves e controlados. Produto com medidas aproximadas de 200 x 124 x 100 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O item deverá ser composto por estrutura autoportante em arco, com laterais curvas e cobertura superior contendo, no mínimo, 6 painéis de acrílico translúcido colorido ou solução equivalente funcional, permitindo a passagem de luz e a formação de efeitos visuais coloridos no interior do equipamento. Os painéis translúcidos deverão contemplar variação cromática compatível com a proposta arco-íris, admitindo-se, como referência, as cores amarelo, laranja, vermelho, verde, azul e branco, ou composição cromática equivalente que preserve o efeito visual multicolorido do produto.</p> <p>A estrutura deverá ser confeccionada predominantemente em compensado multilaminado de bétula ou material de resistência equivalente, e os painéis superiores deverão ser confeccionados em acrílico colorido translúcido, firmemente fixados à estrutura, em quantidade compatível com a proposta visual do produto. O fabricante de referência descreve o item justamente como um arco com painéis de acrílico em diferentes cores para produzir um efeito de luz e cor no interior do abrigo.</p> <p>O conjunto deverá favorecer experiências de</p> | Unidade | 280 |  |  |
|----|---|---------|-----|--|--|

|  |  |         |     |  |  |
|--|--|---------|-----|--|--|
|  | <p>observação de luz e cor, permanência breve, acolhimento visual, percepção sensorial e exploração calma do ambiente, podendo ser utilizado com almofada, colchonete ou base de apoio sobre o piso, quando previsto na composição do espaço.</p> <p>O equipamento deverá ser instalado e utilizado sobre superfície plana, firme e nivelada, em ambientes internos secos, com montagem realizada por adultos. A própria documentação de montagem orienta uso somente em interior seco, sobre piso firme e nivelado, e adverte que o item não deve ser utilizado para escalada nem receber carga excessiva.</p> <p>O item deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro, ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, além de resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |         |     |  |  |
| 15   | <p>1 – UNIDADE – Painel Geométrico de Reflexo Colorido com Espelho Inferior</p> <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 2 – Integração visual calma e estímulos multissensoriais lentos, voltado à exploração visual, percepção de cor, observação de reflexos, consciência corporal, investigação do próprio corpo e interação com diferentes enquadramentos visuais.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 110 x 8 x 60 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O painel deverá possuir estrutura principal</p>   | Unidade | 280 |  |  |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>em madeira, própria para fixação em parede, contendo, na porção superior, múltiplas aberturas circulares com insertos translúcidos coloridos e/ou espelhados, em diferentes diâmetros, destinados à observação de luz, cor, reflexo e variações visuais.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo:</p> <p>7 áreas circulares de exploração visual, distribuídas em diferentes tamanhos;</p> <p>composição cromática variada, admitindo-se, como referência, as cores azul, vermelho, verde, amarelo e roxo, ou combinação equivalente que preserve a proposta visual multicolorida do produto;</p> <p>espelho horizontal inferior de segurança, em faixa contínua, compatível com observação do corpo, do ambiente e dos movimentos da criança;</p> <p>barra ou apoio frontal integrado, posicionado à frente da área espelhada inferior, favorecendo aproximação, interação e apoio corporal leve durante as atividades.</p> <p>O item deverá favorecer propostas de exploração visual calma, percepção de cor, observação de reflexos, consciência corporal, comparação de imagens, autorreconhecimento e investigação sensorial leve, podendo ser utilizado em salas sensoriais, espaços multissensoriais, ambientes de Educação Infantil e contextos de Educação Especial Inclusiva.</p> <p>As superfícies refletivas e translúcidas deverão ser confeccionadas em acrílico de segurança, policarbonato, espelho de segurança ou material equivalente compatível com uso infantil institucional, firmemente fixadas à estrutura. O painel deverá apresentar superfícies lisas, cantos arredondados, acabamento seguro, ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, além de resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> |  |  |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média</b></p>   |  |  |  |  |



**máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

**4.25.3. Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina**

| Item | Descrição   | Und.     | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---|----------|------|-------------|-------------|
| 16   | <p>Kit de Expressão Artística, Pintura e Organização Criativa</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da preensão, coordenação óculo-manual, organização espacial, planejamento motor, criatividade, expressão gráfico-plástica e autonomia no uso de materiais artísticos, por meio de atividades de pintura, desenho, composição, manipulação e organização de recursos pedagógicos, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Carrinho Ateliê Completo / Estação Móvel de Investigação e Criação</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 97 x 51 x 88 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Carrinho organizador destinado a atividades artísticas, investigação, desenho, pintura e armazenamento de materiais pedagógicos.</p> <p>Deverá possuir 4 rodízios giratórios de borracha termoplástica com freio e duplo rolamento, proporcionando mobilidade, estabilidade e menor marcação do piso.</p> <p>Na parte superior, deverá apresentar espaço para porta-copos com pelo menos 7 círculos de diâmetro mínimo de 7 cm, destinados a lápis, canetas, pincéis ou giz.</p> <p>De um lado, deverá possuir 4 divisórias para cartolinas, folhas maiores e materiais planos, acompanhadas de 5 níveis de prateleira. Do outro lado, deverá possuir 4 prateleiras compridas de fora a fora, sendo a distância entre as 3 primeiras maior que a da última, para organização de materiais diversos.</p> <p>Modelo conforme foto em anexo.</p> <p>1 – UNIDADE – Cavalete de Pintura Compartilhada / Cavalete Duplo</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 47 x 50 x 87 cm (C x L x A) quando aberto, admitindo-se variação dimensional de até</p> | Conjunto | 280  |             |             |

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>5%.</p> <p>Cavalete duplo destinado a atividades de pintura, desenho e expressão gráfica, com duas faces de uso e suporte inferior para guardar materiais, permitindo utilização compartilhada por mais de uma criança.</p> <p>Modelo conforme foto em anexo.</p> <p>1 – UNIDADE – Centro de Expressão Artística</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 120 x 41,8 x 121,9 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Módulo de apoio para atividades artísticas e gráfico-plásticas, destinado ao uso em pintura, desenho e organização de materiais.</p> <p>Deverá possuir painel frontal de trabalho, acompanhado de base organizadora com nichos e prateleiras inferiores para armazenamento de tintas, pincéis, folhas e demais recursos.</p> <p>Na parte superior frontal, deverá possuir barra ou régua organizadora com pelo menos 7 aberturas circulares, destinadas ao acondicionamento de copos, frascos ou recipientes de tintas e acessórios.</p> <p>Deverá contar com divisórias e compartimentos internos para melhor organização dos materiais pedagógicos.</p> <p>Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 17  | <p>Kit de Painéis Criativos e Expressão Artística</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da coordenação óculo-manual, preensão, criatividade, expressão gráfico-plástica, percepção visual, organização espacial e autonomia no uso de materiais artísticos, por meio de atividades de desenho, pintura, traçado, experimentação e composição visual, em uso</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Painei Criativo de Mesa</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 82 x 40 x 75 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Painei criativo de mesa destinado a atividades de desenho, traçado, pintura e expressão visual, composto por estrutura autoportante de mesa com painei central em acrílico transparente e base de apoio inferior para organização de materiais.</p> <p>Deverá permitir uso por uma ou mais crianças em atividades de exploração artística e coordenação motora fina, podendo ser utilizado com canetas apropriadas, tintas laváveis ou materiais equivalentes. Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.</p> <p>1 – UNIDADE – Painei de Expressão Artística de Parede</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 60 x 12 x 80 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Painei de parede destinado a atividades de expressão artística, desenho, pintura e apoio à organização de materiais. Deverá possuir suporte superior para rolo de papel, área frontal de trabalho, prateleira ou apoio inferior com pelo menos 5 aberturas circulares para acomodação de copos, tintas ou recipientes, além de elementos de apoio compatíveis com uso infantil supervisionado. Deverá ser próprio para fixação em parede e compatível com atividades pedagógicas de produção gráfico-plástica. Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.</p> <p>1 – UNIDADE – Cavalete de Expressão Artística Transparente</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 67 x 36 x 125 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Cavalete artístico transparente, destinado a atividades de desenho, pintura, traçado e experimentação visual, composto por estrutura autoportante com painei central em acrílico transparente, permitindo criação em ambos os lados e interação compartilhada entre crianças.</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|  |   |          |     |  |  |
|--|---|----------|-----|--|--|
|  | Deverá possuir base estável e espaço inferior ou apoio para acomodação de materiais de uso artístico, sendo indicado para propostas de expressão gráfica, coordenação motora fina, percepção visual e criação colaborativa. Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.  |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |          |     |  |  |
| 18   | <p><b>Kit de Exploração Tátil</b></p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da percepção tátil, coordenação motora fina, preensão, organização bilateral, classificação, exploração de materiais naturais e manipulação sensorial dirigida, por meio de atividades de coleta, separação, enchimento, esvaziamento, comparação e investigação tátil, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa Sensorial com 2 Bandejas</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 84 x 55,7 x 45,5 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Mesa sensorial infantil destinada à exploração tátil e manipulação de materiais diversos, composta por tampo superior com espaço para 2 bandejas removíveis, permitindo atividades com elementos secos, naturais, granulados ou objetos de investigação pedagógica.</p> <p>Deverá possuir estrutura estável, base inferior de apoio e abertura frontal que facilite o acesso e a organização dos materiais. Indicada para propostas de investigação tátil, comparação, transferência, classificação e coordenação motora fina. Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.</p> | Conjunto | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>1 – UNIDADE – Mesa Tátil Pedagógica</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 57,6 x 55,6 x 41,8 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Mesa tátil de pequeno porte destinada à exploração sensorial dirigida, composta por estrutura autoportante com área superior para 1 bandeja de manipulação e tampa superior removível, permitindo alternância entre superfície fechada e uso com materiais táteis em bandeja.</p> <p>Indicada para atividades de coordenação motora fina, investigação sensorial, manipulação de pequenos objetos, classificação e exploração de diferentes texturas e elementos naturais. Modelo conforme foto/desenho técnico em anexo.</p> <p>20 – UNIDADES – Discos Naturais de Eucalipto</p> <p>Conjunto composto por 20 discos naturais de eucalipto, destinados a atividades de exploração tátil, classificação, comparação, empilhamento, composição e manipulação fina.</p> <p>Os discos deverão apresentar dimensões adequadas ao uso infantil supervisionado, acabamento seguro e superfície compatível com propostas sensoriais e pedagógicas.</p> <p>1 – KIT – Mini Tijolos em Cerâmica</p> <p>Conjunto composto por mini tijolos em cerâmica, destinados a atividades de exploração tátil, construção, empilhamento, composição, organização espacial e coordenação motora fina, compatíveis com uso em mesas sensoriais e propostas pedagógicas manipulativas.</p> <p>As peças deverão possuir acabamento seguro e dimensões mínimas de 6 x 5 x 3 cm, admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade e a segurança no uso infantil supervisionado.</p> |  |  |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p>   |  |  |  |  |

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

|    |   |          |     |  |
|----|---|----------|-----|--|
| 19 | <p>Kit de Vida Prática Culinária e Comercialização Infantil</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da autonomia, coordenação motora fina, organização, classificação, linguagem, interação social, sequenciamento de ações, jogo simbólico e experiências de vida prática, por meio de atividades de preparo, organização, armazenamento, compra, venda, transporte e manipulação de utensílios e alimentos de brinquedo, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Módulo Culinário Infantil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 72 x 34 x 74 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Móvel pedagógico de cozinha infantil, composto por área de pia e área de fogão, destinado a atividades de vida prática, organização, simulação de preparo de alimentos e jogo simbólico. Deverá possuir cuba metálica ou equivalente funcional, torneira decorativa ou simulada, superfície representativa de fogão com pelo menos 4 marcações de bocas, painel frontal com elementos simulando botões de acionamento, compartimentos inferiores com portas e espaço interno para organização de acessórios, bem como visor ou tampa transparente na área de forno, compatível com uso infantil supervisionado e com propostas de imaginação, linguagem e autonomia funcional.</p> <p>1 – UNIDADE – Refrigerador Culinário Infantil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 44 x 30 x 91 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Móvel complementar de cozinha infantil, destinado à simulação de armazenamento, classificação e organização de alimentos e utensílios. Deverá possuir estrutura vertical com portas e divisões internas compatíveis com a proposta de refrigerador infantil, favorecendo atividades de rotina doméstica, organização, linguagem e brincadeira simbólica.</p> | Conjunto | 280 |  |
|----|---|----------|-----|--|

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>1 – UNIDADE – Barraquinha Infantil de Comercialização</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 72 x 35,2 x 95,6 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Móvel pedagógico destinado a atividades de mercado e comercialização simbólica, com balcão superior de atendimento, cobertura superior tipo telhado ou marquise e níveis frontais de exposição para acomodação de caixotes, alimentos de brinquedo e acessórios. Deverá ser compatível com propostas de organização, classificação, interação social, linguagem, faz de conta e experiências de compra e venda em contexto infantil.</p> <p>6 – UNIDADES – Caixotes com Frutas e Legumes de Brinquedo</p> <p>Conjunto composto por 6 caixotes infantis, acompanhados de frutas, legumes ou alimentos de brinquedo confeccionados predominantemente em madeira ou material equivalente de alta durabilidade. Os caixotes deverão ser compatíveis com a barraquinha infantil e adequados para atividades de organizar, transportar, expor e guardar os itens. Os alimentos deverão apresentar variedade suficiente para propostas pedagógicas de classificação, comparação, contagem, imaginação, linguagem e jogo simbólico.</p> <p>1 – UNIDADE – Caixa Registradora Infantil</p> <p>Item complementar destinado às atividades de comercialização simbólica, linguagem matemática inicial, organização de sequência de ações e interação social. Deverá possuir dimensões adequadas ao uso infantil supervisionado e composição compatível com brincadeiras de mercado, compra, venda e registro simbólico de produtos.</p> <p>1 – UNIDADE – Carrinho Infantil de Compras</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 43,2 x 43,2 x 56,9 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Item destinado a atividades de transporte, coleta e organização de produtos durante brincadeiras de comercialização simbólica e vida prática. Deverá possuir compartimento superior tipo cesto, alça de condução</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|



|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>compatível com o manuseio infantil, base inferior de apoio e 4 rodas compatíveis com deslocamento suave e estável, favorecendo atividades de empurrar, transportar, organizar e simular compras.</p> <p>1 – UNIDADE – Cestinha Infantil de Compras Produto com medidas aproximadas de 27,6 x 20,4 x 15 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%. Item destinado às atividades de coleta, transporte e organização de produtos em propostas de mercado simbólico e vida prática. Deverá possuir corpo tipo cesta com laterais elevadas, alça superior central compatível com a pega infantil, estrutura leve e segura e dimensões adequadas ao manuseio por crianças pequenas, favorecendo atividades de seleção, compra simbólica, classificação e organização.</p> <p>1 – CONJUNTO – Acessórios Culinários e de Comercialização Infantil</p> <p>Conjunto complementar composto por acessórios variados e compatíveis com as propostas de cozinha infantil, vida prática e mercado simbólico, podendo contemplar utensílios culinários infantis, recipientes, pratos, xícaras, panelas, alimentos de brinquedo, itens de corte simbólico, peças de apoio à organização, transporte, servir, confeitaria, massas, chá ou equivalentes funcionais. Os acessórios deverão possuir dimensões adequadas, acabamento seguro e compatibilidade com atividades de coordenação motora fina, manipulação, organização, imaginação, linguagem e jogo simbólico.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 20  | <p>Kit Infantil de Oficina e Cuidados Domésticos</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina,</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>voltado ao desenvolvimento da autonomia, coordenação motora fina, organização bilateral, planejamento motor, sequenciamento de ações, linguagem, jogo simbólico e experiências de vida prática, por meio de atividades de montar, encaixar, pendurar, lavar, organizar, passar e simular rotinas domésticas e funcionais, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Oficina Infantil com Caixa de Ferramentas</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 72 x 29 x 64 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Móvel pedagógico destinado a atividades de montagem, organização, encaixe, manipulação e jogo simbólico relacionado a pequenos reparos e rotinas de oficina.</p> <p>Deverá possuir bancada de trabalho infantil com compartimentos de organização, incluindo 2 gavetas, divisória inferior e painel superior com múltiplos vazados circulares ou equivalentes funcionais para encaixe e apoio de ferramentas.</p> <p>Deverá acompanhar caixa de ferramentas infantil em madeira, contendo no mínimo 6 ferramentas ou peças equivalentes, compatíveis com propostas de manipulação, organização e faz de conta, tais como esquadro, martelo, chave, serrote ou equivalentes funcionais.</p> <p>1 – CONJUNTO – Kit Lavanderia Infantil</p> <p>Conjunto pedagógico destinado a atividades de vida prática, organização doméstica, sequenciamento de ações e jogo simbólico, composto por máquina de lavar infantil, varal infantil, tábua de passar infantil e ferro de passar de brinquedo ou equivalentes funcionais.</p> <p>1 – UNIDADE – Máquina de Lavar Infantil com Tambor</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 44 x 34 x 44 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Móvel pedagógico destinado à simulação de lavagem e cuidado com roupas em contexto de vida prática e faz de conta. Deverá possuir porta frontal com visor em material</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|   |  |         |     |  |  |
|---|--|---------|-----|--|--|
|   | <p>transparente seguro, tambor interno ou representação compatível, e pelo menos 3 botões frontais ou elementos equivalentes de acionamento simbólico.</p> <p>1 – UNIDADE – Varal Infantil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 62 x 33 x 50 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Estrutura infantil destinada a atividades de pendurar, organizar e simular secagem de roupas, compatível com propostas de vida prática, coordenação motora fina, organização e sequenciamento de tarefas.</p> <p>1 – UNIDADE – Tábua de Passar Infantil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 50 x 20 x 49 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Item pedagógico destinado à simulação de passar roupas, organização doméstica e jogo simbólico. Deverá possuir estrutura estável e superfície superior compatível com o uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Ferro de Passar Infantil de Brinquedo</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 22 x 11 x 8 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>Acessório infantil destinado à complementação das atividades de lavanderia simbólica, organização de rotina e vida prática, compatível com o uso infantil supervisionado.</p> |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |         |     |  |  |
| <b>21</b>   | <p>1 – UNIDADE – Painel Multifuncional de Vida Prática e Coordenação Fina</p> <p>Equipamento pedagógico de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da coordenação</p>   | Unidade | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>motora fina, coordenação bilateral, preensão, pinça, planejamento motor, atenção, organização funcional, autonomia, linguagem inicial e exploração tátil, por meio de atividades de abrir, fechar, girar, puxar, encaixar, deslizar, travar, amarrar, reconhecer formas, letras, percursos e elementos visuais.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 160 x 8 x 60 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O painel deverá possuir estrutura principal em madeira, própria para fixação em parede, com composição multifuncional formada por módulos de atividades sensoriais, manipulativas e de vida prática, distribuídos ao longo da superfície de forma organizada e compatível com o uso infantil supervisionado.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo, módulos ou recursos equivalentes para: travamento, abertura e fechamento, tais como fechos, trincos, correntes, presilhas, zíperes, cadarços ou sistemas similares; coordenação motora fina e destreza manual, tais como peças móveis, roldanas, botões, rodas, discos giratórios, trilhos, puxadores, cordões ou elementos manipuláveis equivalentes; reconhecimento de formas, letras, percursos ou encaixes, com atividades compatíveis com exploração cognitiva inicial e coordenação visuomotora; exploração visual e tátil, podendo incluir espelho de segurança, janelas, módulos de observação, texturas, elementos translúcidos ou soluções equivalentes; vida prática e autonomia funcional, com mecanismos inspirados em ações do cotidiano, como abrir, fechar, encaixar, prender, puxar e organizar.</p> <p>O painel deverá apresentar variedade de estímulos manipulativos sem comprometer a organização visual do conjunto, favorecendo atividades individuais ou em dupla, permanência na tarefa, investigação</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|  |  |         |     |  |  |
|--|--|---------|-----|--|--|
|  | <p>sensorial e exploração progressiva. As peças e módulos deverão ser firmemente fixados à base, com resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar. O item deverá possuir superfícies lisas, cantos arredondados, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas, peças soltas perigosas ou pontas expostas.</p> <p>O produto deverá ser indicado para propostas pedagógicas de exploração tátil, coordenação motora fina, vida prática, organização da atenção, percepção visual, linguagem inicial, reconhecimento de formas e letras, interação sensorial e brincadeira funcional, podendo ser utilizado em salas sensoriais, espaços multissensoriais, ambientes de Educação Infantil e contextos de Educação Especial Inclusiva.</p>              |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |         |     |  |  |
| 22   | <p>1 – UNIDADE – Painel Lúdico de Coordenação Fina e Descoberta</p> <p>Equipamento pedagógico de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 3 – Exploração tátil e coordenação motora fina, voltado ao desenvolvimento da coordenação motora fina, coordenação bilateral, preensão, pinça, atenção, planejamento motor, percepção visual, linguagem inicial, raciocínio lógico e autonomia funcional, por meio de atividades de encaixe, empilhamento, manipulação, percurso, amarração, exploração sonora, reconhecimento de formas, letras, rotina e autorreconhecimento.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 120 x 8 x 60 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade,</p> | Unidade | 280 |  |  |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| <p>a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O painel deverá possuir estrutura principal em madeira, própria para fixação em parede, com composição multifuncional formada por módulos lúdicos, cognitivos, sonoros, visuais e manipulativos, distribuídos ao longo da superfície de forma organizada e compatível com o uso infantil supervisionado.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo, módulos ou recursos equivalentes para: coordenação motora fina e destreza manual, tais como cadarço, peças de empilhar, elementos móveis, encaixes, trilhos, puxadores ou dispositivos manipuláveis; exploração cognitiva e linguagem inicial, tais como calendário, letras, formas, painéis temáticos, associações ou recursos equivalentes; exploração sonora e ritmo, tais como sinos, peças musicais ou módulos de percussão infantil; percepção visual e autorreconhecimento, podendo incluir espelho de segurança, quadro negro, áreas de observação ou superfícies de registro; jogo simbólico e descoberta funcional, com atividades inspiradas em direção, percurso, pareamento, reconhecimento e resolução de pequenas tarefas.</p> <p>O painel deverá apresentar variedade de estímulos manipulativos, visuais e cognitivos, sem comprometer a organização do conjunto, favorecendo atividades individuais ou em dupla, permanência na tarefa, investigação sensorial e exploração progressiva.</p> <p>As peças e módulos deverão ser firmemente fixados à base, com resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar. O item deverá possuir superfícies lisas, cantos arredondados, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas, peças soltas perigosas ou pontas expostas.</p> <p>O produto deverá ser indicado para propostas pedagógicas de exploração tátil, coordenação motora fina, linguagem inicial, percepção visual, organização da atenção,</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|  | raciocínio lógico, jogo funcional e descoberta lúdica, podendo ser utilizado em salas sensoriais, espaços multissensoriais, ambientes de Educação Infantil e contextos de Educação Especial Inclusiva. Modelo conforme foto/imagem de referência. Indicado para uso infantil supervisionado. |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

**O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

#### 4.25.4. Zona 4 – Descompressão e refúgio

| Item      | Descrição   | Und.    | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
|-----------|---|---------|------|-------------|-------------|
| <b>23</b> | <p><b>1 – UNIDADE – Nicho Sensorial de Descompressão e Acolhimento</b></p> <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 4 – Descompressão, refúgio e autorregulação, voltado à redução de sobrecarga sensorial, promoção de acolhimento, pausa reguladora, organização emocional, descanso breve e permanência em ambiente de baixa estimulação.</p> <p>O produto deverá ser composto por estrutura tipo nicho/refúgio, com fechamento lateral e superior, permitindo sensação de abrigo, proteção e redução de estímulos externos, sem comprometer a segurança, a ventilação e a supervisão do ambiente escolar.</p> <p>Deverá possuir dimensões aproximadas de 150 x 120 x 180 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta de acolhimento do conjunto.</p> <p>O nicho deverá conter, no mínimo: estrutura principal em painel de madeira, com laterais e cobertura superior; entrada frontal ampla, compatível com acesso confortável de crianças maiores; cortinas ou fechamento têxtil parcial, em</p> | Unidade | 280  |             |             |



|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>tecido resistente, macio e de baixa transparência, permitindo maior sensação de refúgio e controle de luminosidade; revestimento interno acolchoado ou painéis internos macios, destinados a aumentar o conforto e contribuir para redução da reverberação interna;</p> <p>base acolchoada ou colchonete interno, compatível com a área útil de permanência; almofadas ou apoios macios, em quantidade compatível com a proposta de acolhimento; ponto de iluminação interna suave, de baixa intensidade, preferencialmente quente e indireta, quando previsto no modelo.</p> <p>O produto deverá ser destinado a uso em ambientes escolares, salas sensoriais, espaços multissensoriais e contextos de Educação Especial Inclusiva, como recurso de autorregulação e descompressão emocional, especialmente para crianças que necessitem de pausa sensorial em ambiente protegido e previsível.</p> <p>Deverá ser fornecido completo para uso, incluindo estrutura, fechamento têxtil, acolchoamento interno, base acolchoada e acessórios de acomodação, devendo ser entregue montado, instalado no local indicado pela contratante e em condições operacionais de uso.</p> <p>Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 24  | <p>Kit Refúgio Lúdico de Acolhimento</p> <p>Conjunto pedagógico e sensorial destinado à composição de ambientes de acolhimento, descompressão leve, jogo simbólico, leitura, descanso breve e organização emocional, indicado para uso infantil supervisionado em espaços educacionais, salas sensoriais, cantos de autorregulação e ambientes de Educação Especial Inclusiva.</p>   | Conjunto | 280 |  |  |

|  |   |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|
|  | <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Refúgio Lúdico de Acolhimento com Cobertura Têxtil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 102 x 180 x 150 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>A estrutura deverá ser flexível, permitindo ajuste do comprimento total em pelo menos 60 cm, de modo a adequar-se ao espaço disponível e às diferentes propostas de uso pedagógico.</p> <p>Deverá possuir 4 prateleiras, sendo 2 em cada extremidade, com as duas superiores menores que as inferiores, destinadas ao apoio e organização de materiais lúdicos, livros, almofadas, objetos de exploração e recursos pedagógicos.</p> <p>As laterais deverão apresentar pelo menos 3 recortes com formas geométricas distintas, com finalidade estética, lúdica e de estímulo à curiosidade infantil, sem comprometer a segurança estrutural do conjunto.</p> <p>A estrutura superior deverá possuir roliços de madeira com diâmetro mínimo de 28 mm.</p> <p>O item deverá acompanhar cobertura em tecido voil, com gramatura aproximada de 140 g/m<sup>2</sup>, em composição colorida com 5 cores distintas, instalada na parte superior da estrutura e com caimento sobre a barraca, permitindo a criação de cenários para jogo simbólico, sensação de acolhimento visual e ambientação lúdica.</p> <p>O conjunto deverá ser indicado para múltiplas possibilidades de uso, como cabana de leitura, espaço de faz de conta, canto de acolhimento, refúgio de decompressão leve e apoio a propostas de imaginação, convivência e brincadeira simbólica. Modelo conforme foto em anexo.</p> <p>Indicado para uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Tapete Têxtil Circular</p> <p>Tapete circular destinado à composição da área interna do refúgio, proporcionando maior conforto, delimitação espacial, acolhimento e apoio às atividades de</p> |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|

|  |   |         |     |  |  |
|--|---|---------|-----|--|--|
|  | <p>permanência, leitura, descanso breve e jogo simbólico.</p> <p>Deverá possuir diâmetro aproximado de 1,20 m, admitindo-se variação dimensional de até 5%, e ser compatível com o uso infantil supervisionado e com a proposta de ambientação do conjunto.</p>   |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |         |     |  |  |
| 25   | <p>1 – UNIDADE – Tenda Lúdica Infantil com Mesa Regulável, Nichos Organizadores e Cadeira</p> <p>Equipamento pedagógico e lúdico destinado à composição de ambientes de acolhimento, leitura, jogo simbólico, descanso breve, desenho e atividades de mesa, indicado para uso infantil supervisionado em espaços educacionais, salas sensoriais, cantos de autorregulação e ambientes de Educação Especial Inclusiva.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 98 x 135 x 145 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O conjunto deverá ser composto por estrutura tipo tenda/cabana infantil, com formato de casinha, permitindo uso como espaço de permanência, leitura, brincadeira simbólica e apoio a atividades calmas. As laterais deverão possuir aberturas ou recortes que favoreçam ventilação, leveza visual e interação com o ambiente.</p> <p>O item deverá possuir mesa integrada com regulação em 2 níveis de altura, permitindo adequação ao uso infantil em diferentes propostas pedagógicas. A superfície da mesa deverá possuir dupla funcionalidade, sendo uma das faces com acabamento em pintura preta compatível com escrita e desenho com</p> | Unidade | 280 |  |  |

|   |   |         |     |  |  |
|---|---|---------|-----|--|--|
|   | <p>giz, e a outra face lisa para apoio de materiais, desenho, leitura ou brincadeiras. O conjunto deverá acompanhar 6 caixas organizadoras tipo box em plástico, compatíveis com os nichos inferiores do móvel, destinadas ao acondicionamento de brinquedos, livros, materiais pedagógicos, peças de jogo simbólico ou recursos de desenho.</p> <p>Deverá possuir nichos/prateleiras laterais ou inferiores para organização e apoio de materiais, integrados à estrutura da tenda, favorecendo uso multifuncional e autonomia da criança.</p> <p>A estrutura superior deverá possuir roliços de madeira com diâmetro mínimo de 28 mm, compatíveis com a composição do telhado e reforço do conjunto.</p> <p>O item deverá acompanhar 1 cadeira infantil, compatível com a altura da mesa e com o uso pedagógico do conjunto.</p> <p>O produto deverá ser indicado para múltiplas possibilidades de uso, tais como cabana de leitura, espaço de faz de conta, estação de desenho, mesa para atividades calmas, canto de acolhimento e apoio à brincadeira simbólica.</p> |         |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |         |     |  |  |
| 26  | <p>1 – UNIDADE – Cabana Lúdica Infantil com Fechamento Têxtil</p> <p>Produto com dimensões aproximadas de 120 x 130 x 120 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>A cabana deverá possuir abertura frontal e fechamento posterior, com sistema de amarração e fixação do tecido à estrutura. Deverá contar com sistema de travamento</p>   | Unidade | 280 |  |  |

|  |   |          |     |  |  |
|--|---|----------|-----|--|--|
|  | <p>na parte frontal, destinado a impedir o fechamento acidental da estrutura durante o uso e também auxiliar no armazenamento quando o item não estiver em utilização.</p> <p>A estrutura deverá apresentar esqueleto fechado em formato retangular, destinado a aumentar a sustentação do conjunto, e contar com 4 roliços de sustentação, sendo 2 na parte superior e 2 na parte inferior, com diâmetro mínimo de 28 mm.</p> <p>O item deverá possuir amarras frontais e traseiras para fixação do tecido à madeira, garantindo melhor acomodação e estabilidade do fechamento têxtil. O tecido deverá ser composto por algodão cru e por faixa superior em tricoline colorido, permitindo ambientação lúdica e apoio ao jogo simbólico.</p> <p>As laterais deverão apresentar janelinha(s) ou recortes decorativos, contribuindo para ventilação, leveza visual e enriquecimento da proposta imaginativa do conjunto.</p> <p>O produto deverá ser indicado para múltiplas possibilidades de uso, tais como cabana de leitura, espaço de faz de conta, canto de acolhimento, refúgio lúdico e apoio à brincadeira simbólica.</p> <p>Modelo conforme foto em anexo. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |   |          |     |  |  |
| 27   | <p>Kit de Nichos Sensoriais de Autorregulação</p> <p>Conjunto sensorial composto por 1 nicho sensorial compacto de autorregulação e 1 nicho sensorial ampliado de autorregulação escolar, destinado à composição de ambientes de descompressão, acolhimento, pausa reguladora e organização emocional, em uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Nicho Sensorial Compacto de Autorregulação</p>  | Conjunto | 280 |  |  |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição de ambientes de descompressão, acolhimento, pausa reguladora e organização emocional, indicado para uso em salas sensoriais, cantos de autorregulação, espaços multissensoriais e ambientes de Educação Especial Inclusiva. Produto com medidas aproximadas de 65 x 65 x 82 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O nicho deverá possuir formato envolvente e semifechado, com fechamento lateral e posterior e abertura frontal ampla, permitindo sensação de abrigo, proteção e redução de estímulos externos, sem comprometer a supervisão do ambiente. A abertura frontal deverá possuir altura aproximada de 61 cm, admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo: estrutura principal tipo nicho/refúgio, com laterais e fechamento posterior; base interna de permanência confortável, com assento, colchonete ou almofada de apoio, compatível com o uso de uma criança por vez; formato interno livre de interferências, sem barras, prateleiras ou elementos suspensos na área de permanência da criança; recursos de pega/manuseio lateral, quando previstos no modelo, para facilitar posicionamento e movimentação.</p> <p>O item deverá ser destinado a propostas de autorregulação, pausa sensorial, acolhimento, leitura breve, descanso e reorganização emocional, sendo especialmente indicado para crianças que necessitem de ambiente protegido e previsível por curto período.</p> <p>Modelo conforme foto/imagem de referência. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Nicho Sensorial Ampliado de Autorregulação Escolar</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>Equipamento sensorial de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição de ambientes de descompressão, refúgio, acolhimento e organização emocional, indicado para uso em salas sensoriais, cantos de autorregulação, espaços multissensoriais e ambientes escolares que atendam crianças maiores, inclusive até os anos iniciais do Ensino Fundamental.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 90 x 90 x 120 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O nicho deverá possuir formato envolvente e semifechado, com fechamento lateral e posterior e abertura frontal ampla, proporcionando sensação de abrigo, contenção e redução de estímulos, sem comprometer a ventilação, a acessibilidade e a supervisão do ambiente escolar.</p> <p>A abertura frontal deverá ser compatível com o uso confortável por crianças maiores, permitindo entrada, permanência e saída com segurança.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo: estrutura principal tipo nicho/refúgio escolar, com fechamento lateral e posterior; base interna de permanência confortável, com colchonete, assento acolchoado ou almofada de apoio; espaço interno livre de interferências, sem elementos suspensos ou saliências que prejudiquem o acolhimento e a permanência da criança;</p> <p>recursos de pega/manuseio lateral, quando previstos no modelo, para facilitar deslocamento e posicionamento.</p> <p>O produto deverá ser indicado para propostas de descompressão, pausa sensorial, acolhimento, leitura, autorregulação e reorganização emocional, especialmente em contextos de sobrecarga sensorial e necessidade de ambiente previsível, seguro e protegido.</p> <p>Modelo conforme foto/imagem de referência. Indicado para uso infantil</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|



|  |                 |  |  |  |  |
|--|-----------------|--|--|--|--|
|  | supervisionado. |  |  |  |  |
|--|-----------------|--|--|--|--|

**O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

#### 4.25.5. Zona 5 – Transição e organização

| Item | Descrição  | Und.     | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|--|----------|------|-------------|-------------|
| 28   | <p>Kit de Entrada e Acolhimento Inicial</p> <p>Conjunto pedagógico destinado à Zona 5 – Transição e organização, voltado ao acolhimento inicial, identificação emocional, apoio à autorregulação, organização da entrada e previsibilidade da rotina, em uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Painel de Sentimentos com Indicador Deslizante</p> <p>Equipamento pedagógico destinado à composição da Zona 5 – Transição e organização, voltado ao acolhimento, identificação emocional, organização da rotina, comunicação visual e apoio à autorregulação, por meio de recurso de leitura e marcação do estado emocional da criança, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 80 x 4 x 45 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>O painel deverá ser destinado à atividade de check-in emocional e autorreconhecimento, contendo emoções representadas por peças circulares fixadas sobre a base principal, com identificação visual por expressões faciais e nomenclatura correspondente.</p> <p>As emoções deverão ser representadas por rodela circular confeccionada em compensado com espessura aproximada de 9 mm, com faces gravadas a laser e acabamento compatível com uso infantil, fixadas de forma segura ao painel principal.</p> <p>Cada rodela deverá possuir diâmetro</p> | Conjunto | 280  |             |             |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>aproximado de 8 cm, admitindo-se variação dimensional de até 5%.</p> <p>O conjunto deverá conter, no mínimo, 7 emoções distintas, podendo contemplar estados como: feliz, triste, bravo, assustado, calmo, cansado e animado, organizados de forma linear e com leitura visual clara. As peças poderão receber diferenciação cromática para facilitar a leitura emocional, desde que mantida a harmonia visual e a identificação pedagógica do conjunto.</p> <p>O painel deverá possuir indicador deslizante móvel, instalado em trilho horizontal inferior, permitindo à criança mover a peça lateralmente e posicioná-la abaixo da emoção correspondente ao seu estado naquele momento. O marcador deverá possuir dimensão adequada ao manuseio infantil, com movimentação suave e segura, sem folgas excessivas ou risco de desprendimento.</p> <p>O trilho inferior deverá possuir comprimento compatível com a distribuição das emoções no painel, e o marcador deslizante deverá apresentar tamanho aproximado de 8 a 10 cm de altura por 6 a 8 cm de largura, admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservada a ergonomia de uso pela criança.</p> <p>A base principal deverá conter título ou chamada pedagógica gravada, compatível com a proposta de acolhimento e identificação emocional, podendo adotar formulação equivalente a “Como estou me sentindo hoje?”.</p> <p>O produto deverá ser próprio para fixação em parede, com cantos arredondados, leitura visual acessível e organização compatível com uso em ambientes educacionais, salas sensoriais, espaços de acolhimento, entrada da sala ou áreas de transição.</p> <p>Modelo conforme imagem/desenho técnico em anexo. Indicado para uso infantil supervisionado.</p> <p>1 – UNIDADE – Banco de Transição Sensorial com Nichos Organizadores</p> <p>Móvel pedagógico e de apoio destinado à composição da Zona 5 – Transição e</p> |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|

organização, voltado ao acolhimento inicial, organização da entrada, troca de calçados, guarda de pertences e apoio à previsibilidade da rotina, em uso infantil supervisionado. Produto com medidas aproximadas de 122 x 31 x 33 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.

A estrutura deverá ser confeccionada em compensado multilaminado de bétula, com espessura nominal mínima de 18 mm na parte estrutural, podendo os elementos internos secundários seguir a mesma espessura ou solução equivalente de resistência compatível com uso institucional infantil.

O banco deverá possuir assento superior com colchonete revestido em napa, compatível com o uso infantil, destinado ao apoio da criança durante a entrada, saída e momentos breves de organização. O colchonete deverá apresentar superfície lisa, confortável, removível ou fixada de forma segura, e de fácil higienização.

A estrutura deverá contar com 4 nichos inferiores abertos, distribuídos ao longo do móvel, destinados ao armazenamento de calçados, pequenos pertences, materiais de apoio ou objetos de uso individual da criança.

O produto deverá possuir estrutura reta, estável e robusta, com laterais retas e de formato simples, favorecendo agilidade de fabricação, resistência e padronização do conjunto. Deverá apresentar cantos arredondados e proporções adequadas ao uso infantil institucional.

O item deverá ser compatível com propostas pedagógicas de transição entre ambientes, favorecendo autonomia, organização espacial, previsibilidade e ritual de chegada no espaço sensorial.

Modelo conforme foto/imagem de referência. Indicado para uso infantil supervisionado.

O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

|    |  |          |     |  |  |
|----|--|----------|-----|--|--|
| 29 | <p>1 – CONJUNTO – Espaço de Leitura e Permanência Infantil</p> <p>Conjunto de mobiliário pedagógico destinado à composição da Zona 5 – Transição e organização, voltado ao acolhimento, permanência inicial, leitura, organização da entrada, atividades calmas e apoio à rotina, indicado preferencialmente para crianças da Educação Infantil, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p>1 – UNIDADE – Sofá Infantil de Leitura</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 91 x 46 x 51 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.</p> <p>Sofá infantil de pequeno porte, com estrutura em madeira e assento/encosto acolchoados, destinado a atividades de acolhimento, leitura, espera curta e permanência em ambiente de baixa estimulação.</p> <p>Deverá possuir altura aproximada do assento de 20 cm, compatível com o uso por crianças pequenas, favorecendo apoio adequado do corpo, entrada e saída com segurança, e conforto durante o uso. O encosto deverá apresentar altura e inclinação compatíveis com a faixa etária atendida, proporcionando apoio postural adequado em atividades de curta e média permanência.</p> <p>O assento deverá possuir dimensões compatíveis com o uso individual confortável ou compartilhado por até 2 crianças pequenas, sem comprometer a estabilidade do conjunto. Os apoios laterais deverão contribuir para delimitação do espaço de sentar e maior segurança no uso.</p> <p>Indicado para uso em cantos de leitura,</p> | Conjunto | 280 |  |  |
|----|--|----------|-----|--|--|

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>acolhimento e transição. Modelo conforme foto/imagem de referência.</p> <p>2 – UNIDADES – Cadeira Infantil de Leitura<br/>Produto com medidas aproximadas de 44 x 46 x 51 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.<br/>Cadeira infantil com estrutura em madeira e assento/encosto acolchoados, destinada a atividades de leitura, desenho, espera organizada e permanência em atividades calmas.<br/>Deverá possuir altura aproximada do assento de 20 cm, compatível com o uso por crianças pequenas, favorecendo postura adequada, apoio corporal estável e conforto durante o uso infantil supervisionado.<br/>O assento e o encosto deverão possuir dimensões proporcionais à faixa etária atendida, permitindo acomodação confortável, apoio adequado do tronco e uso associado à mesa do conjunto, sem prejuízo à postura da criança.<br/>A cadeira deverá apresentar estrutura estável, dimensões compatíveis com ambiente educacional e proporção ergonômica adequada para permanência breve, leitura, desenho e organização da rotina.</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa Infantil de Apoio para Leitura e Atividades<br/>Produto com medidas aproximadas de 71 x 46 x 29 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.<br/>Mesa infantil de apoio, com estrutura em madeira e tampo superior de cantos arredondados, destinada a atividades de leitura, desenho, escrita inicial, organização de materiais e permanência em atividades de curta duração.<br/>Deverá possuir altura aproximada de 29 cm, compatível com o uso associado às cadeiras do conjunto e com a faixa etária da Educação Infantil, permitindo postura adequada para</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>atividades sobre o tampo, com conforto e acessibilidade.</p> <p>O tampo deverá possuir área útil suficiente para apoio de livros, folhas, materiais de desenho e objetos pedagógicos. O item deverá possuir prateleira inferior aberta para apoio ou organização de livros, materiais pedagógicos ou objetos de uso recorrente da criança.</p> <p>O conjunto mesa/cadeiras deverá apresentar compatibilidade ergonômica entre a altura do assento e a altura do tampo, favorecendo uso confortável, previsível e seguro.</p>  |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 30  | <p><b>1 – CONJUNTO – Espaço de Leitura e Permanência Escolar Ampliado</b></p> <p>Conjunto de mobiliário pedagógico destinado à composição da Zona 5 – Transição e organização, voltado ao acolhimento, permanência inicial, leitura, organização da entrada, atividades calmas e apoio à rotina, indicado para crianças maiores, inclusive nos anos iniciais do Ensino Fundamental, até o 5º ano, em uso infantil supervisionado.</p> <p>Composição:</p> <p><b>1 – UNIDADE – Sofá Escolar Infantil Ampliado</b></p> <p>Produto com medidas aproximadas de 110 x 55 x 65 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.</p> <p>Sofá infantil ampliado, com estrutura em madeira e assento/encosto acolchoados, destinado a atividades de acolhimento, leitura, espera curta, conversa mediada e permanência em ambiente organizado e previsível.</p> <p>Deverá possuir altura aproximada do assento entre 28 e 32 cm, compatível com o uso por</p> | Conjunto | 280 |  |  |

crianças maiores, permitindo entrada e saída com segurança, postura estável e permanência confortável em ambiente escolar.

O encosto deverá possuir altura e conformação compatíveis com a faixa etária atendida, proporcionando apoio corporal adequado em atividades de leitura, conversa, espera organizada e transição entre ambientes.

O assento deverá possuir dimensões suficientes para uso individual confortável ou compartilhado por até 2 crianças, sem comprometer a estabilidade do conjunto ou a ergonomia do uso.

#### 2 – UNIDADES – Cadeira Escolar Infantil Ampliada

Produto com medidas aproximadas de 50 x 52 x 65 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.

Cadeira infantil ampliada, com estrutura em madeira e assento/encosto acolchoados, destinada a atividades de leitura, escrita, desenho, organização de rotina e permanência em atividades calmas.

Deverá possuir altura aproximada do assento entre 28 e 32 cm, favorecendo postura adequada, apoio estável do corpo e conforto para crianças maiores em contexto escolar.

O assento e o encosto deverão possuir dimensões compatíveis com o porte da faixa etária atendida, permitindo acomodação confortável, apoio adequado do tronco e uso ergonômico associado à mesa do conjunto. A estrutura deverá ser estável e adequada ao uso frequente em ambiente educacional, permitindo permanência organizada e segura.

#### 1 – UNIDADE – Mesa Escolar Infantil de Apoio Ampliada

Produto com medidas aproximadas de 90 x 55 x 50 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a ergonomia do item.



|   |  |          |     |  |  |
|---|--|----------|-----|--|--|
|   | <p>Mesa infantil ampliada de apoio, com estrutura em madeira e tampo superior de cantos arredondados, destinada a atividades de leitura, escrita, desenho, organização de materiais e apoio à permanência em atividades de transição e rotina.</p> <p>Deverá possuir altura aproximada de 50 cm, compatível com o uso associado às cadeiras do conjunto e com a faixa etária de crianças maiores, permitindo postura adequada para atividades de leitura, escrita e desenho.</p> <p>O tampo deverá possuir área útil suficiente para apoio de livros, folhas, materiais pedagógicos e objetos de rotina. Poderá conter prateleira inferior aberta para organização de materiais, livros ou objetos pedagógicos.</p> <p>O conjunto mesa/cadeiras deverá apresentar compatibilidade ergonômica entre a altura do assento e a altura do tampo, favorecendo uso confortável, estável e adequado ao ambiente escolar.</p> |          |     |  |  |
| <p><b>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</b></p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 31  | <p>1 – CONJUNTO – Kit de Mesa Redonda e 4 Cadeiras Infantil – até 6 anos</p> <p>Conjunto de mobiliário pedagógico de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 5 – Transição e organização, voltado a atividades de acolhimento, permanência breve, leitura, desenho, organização da rotina, interação em pequeno grupo e mediação pedagógica, indicado para crianças da Educação Infantil, até 6 anos.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa Redonda Pedagógica Infantil</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 87 x 87 x 41,8 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que</p>  | Conjunto | 280 |  |  |

preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.

A mesa deverá possuir tampo redondo, com dimensões compatíveis com o uso confortável por até 4 crianças, permitindo apoio adequado de folhas no formato A4, livros, jogos, materiais de desenho, recursos de rotina e objetos pedagógicos de pequeno porte.

A estrutura deverá possuir base central estável, composta por encaixe entre peças estruturais ou sistema equivalente de resistência compatível, favorecendo melhor aproveitamento do espaço para pernas e movimentação ao redor da mesa.

O móvel deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, sendo compatível com uso frequente em ambiente escolar.

#### 4 – UNIDADES – Cadeira Infantil Menor para Mesa Pedagógica

Cadeira infantil destinada ao uso em conjunto com mesa pedagógica, voltada ao acolhimento, permanência breve, desenho, leitura, exploração dirigida e organização da rotina, indicada para crianças até 6 anos.

Cada cadeira deverá possuir medidas aproximadas de 35 x 33 x 52 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, e altura do assento de 24 cm.

A cadeira deverá possuir estrutura firme, com assento e encosto proporcionais ao porte infantil, favorecendo acomodação confortável, apoio adequado do tronco e postura estável durante o uso.

O conjunto assento/encosto deverá ser compatível com atividades em mesa, permitindo apoio funcional dos membros superiores e permanência organizada em atividades pedagógicas de curta e média duração.

A estrutura deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, além de resistência compatível com uso frequente

|  |  |          |     |  |  |
|--|--|----------|-----|--|--|
|  | em ambiente escolar.   |          |     |  |  |
| <p>O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.</p> <p>A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.</p> |  |          |     |  |  |
| 32   | <p>1 – CONJUNTO – Kit de Mesa Redonda e 4 Cadeiras Escolar Ampliado – até o 5º ano</p> <p>Conjunto de mobiliário pedagógico de uso institucional infantil supervisionado, destinado à composição da Zona 5 – Transição e organização, voltado a atividades de acolhimento, permanência breve, leitura, desenho, escrita inicial, organização da rotina, interação em pequeno grupo e mediação pedagógica, indicado para crianças maiores, inclusive até o 5º ano do Ensino Fundamental.</p> <p>Composição</p> <p>1 – UNIDADE – Mesa Redonda Pedagógica Escolar Ampliada</p> <p>Produto com medidas aproximadas de 110 x 110 x 56 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, desde que preservadas a funcionalidade, a estabilidade, a segurança e a proposta pedagógica do item.</p> <p>A mesa deverá possuir tampo redondo, com dimensões compatíveis com o uso confortável por até 4 crianças maiores, permitindo apoio adequado de folhas no formato A4, livros, jogos, materiais pedagógicos, leitura, desenho e escrita inicial.</p> <p>A estrutura deverá possuir base central estável, composta por encaixe entre peças estruturais ou sistema equivalente de resistência compatível, favorecendo melhor aproveitamento do espaço para pernas e movimentação ao redor da mesa.</p> <p>O móvel deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, sendo</p> | Conjunto | 280 |  |  |

|  |   |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|
|  | <p>compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> <p><b>4 – UNIDADES – Cadeira Escolar Infantil Ampliada</b></p> <p>Cadeira infantil destinada ao uso em conjunto com mesa pedagógica, voltada ao acolhimento, permanência breve, leitura, desenho, escrita inicial, organização da rotina e mediação pedagógica, indicada para crianças maiores, inclusive até o 5º ano.</p> <p>Cada cadeira deverá possuir medidas aproximadas de 40 x 38 x 68 cm (C x L x A), admitindo-se variação dimensional de até 5%, e altura do assento de 32 cm.</p> <p>A cadeira deverá possuir estrutura firme, com assento e encosto proporcionais ao porte infantil, favorecendo acomodação confortável, apoio adequado do tronco e postura estável durante o uso.</p> <p>O conjunto assento/encosto deverá ser compatível com atividades em mesa, permitindo apoio funcional dos membros superiores, melhor organização postural e conforto em atividades pedagógicas de curta e média duração.</p> <p>A estrutura deverá apresentar superfícies lisas, bordas arredondadas, acabamento seguro e ausência de rebarbas, farpas, quinas agressivas ou pontas expostas, além de resistência compatível com uso frequente em ambiente escolar.</p> |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|

**O item deverá ser confeccionado em compensado/multilaminado de bétula, devendo a licitante apresentar laudo(s) laboratorial(is), em seu nome ou do fabricante expressamente indicado, que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos de desempenho: Flexão (MOE), conforme ISO 16978:2023, com média mínima de 8.800 MPa; Impacto, conforme ABNT NBR 14535:2008, com graduação mínima 5 e média máxima de 6,7 mm; Densidade, conforme ABNT NBR 17002:2021, com média mínima de 660 kg/m³; Dureza Janka, conforme ABNT NBR 7190:2022, com média mínima de 1.600 kgf; e Resistência a riscos, conforme ABNT NBR 14535:2008, com resultado H ou superior.**

A ausência de apresentação dos laudos ou a comprovação de resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos implicará a desclassificação da proposta.

#### 4.25.6. Serviços continuados de ativação pedagógica, formação aplicada e suporte digital

| Item      | Descrição  | Und.                       | Qtd. | Valor Unit. | Valor Total |
|-----------|--|----------------------------|------|-------------|-------------|
| <b>33</b> | Serviço de ativação pedagógica inicial e implantação assistida, vinculado à implantação da solução física por unidade escolar atendida. Compreende reunião inicial de alinhamento, leitura funcional do ambiente, orientação de posicionamento | Unidade escolar implantada | 400  |             |             |

|           |   |                                  |       |  |  |
|-----------|---|----------------------------------|-------|--|--|
|           | dos recursos sensoriais, ativação mínima dos materiais e entrega de plano simplificado de uso.  |                                  |       |  |  |
| <b>34</b> | Serviço de formação continuada e capacitação pedagógica certificada, em formato híbrido, respeitada a carga horária mínima para professores do AEE e carga horária mínima para profissionais de Apoio Escolar. Destina-se a professores, gestores e equipes de apoio para utilização intencional e metodologicamente coerente dos recursos fornecidos. Inclui trilhas de aprendizagem na plataforma digital da contratada, acompanhamento de engajamento, tutoria e emissão de certificados aos participantes elegíveis, nos termos deste Termo de Referência.                    | Servidor / profissional inscrito | 13000 |  |  |
| <b>35</b> | Serviço de suporte digital continuado e acompanhamento remoto institucional, por pacote anual vinculado à Secretaria de Educação, ao ente aderente ou ao consórcio, conforme definido no pedido. Compreende gestão centralizada do ambiente virtual de aprendizagem, relatórios gerenciais de uso da rede, gestão em massa de acessos e substituições e atendimento remoto especializado.   | Pacote anual da rede             | 20    |  |  |
| <b>36</b> | Kit de material didático e técnico de apoio ao professor, em coleção impressa composta por, no mínimo, 3 volumes técnicos com aproximadamente 100 páginas cada. O conteúdo deverá abordar fundamentos da educação especial inclusiva, neurodesenvolvimento e práticas pedagógicas lúdicas, servindo de base teórica para a formação contratada. Os livros deverão estar integralmente disponíveis em formato digital no portal da contratada e seus capítulos deverão conter QR Code funcional vinculado a videoaulas explicativas e blocos de questões acessíveis na plataforma. | Kit por professor                | 1000  |  |  |

## 5. DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ATIVAÇÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO APLICADA E SUPORTE DIGITAL

### 5.1. Da distinção entre ativação mínima, formação continuada e suporte digital

---



---

A solução integrada prevê camadas complementares de apoio pedagógico e operacional, todas vinculadas ao lote único. A ativação mínima obrigatória integra o fornecimento dos bens; já os itens 33, 34, 35 e 36 constituem parcelas parametrizadas de execução continuada, acionáveis conforme o porte da implantação, a quantidade de profissionais indicados e a necessidade concreta da rede, sem descaracterizar a unidade metodológica, econômica e funcional da solução contratada.

- a) Ativação mínima vinculada aos produtos físicos: todos os itens físicos da solução deverão ser entregues com QR Code funcional e conteúdo básico de apoio ao uso, contemplando, no mínimo, orientações de montagem, segurança, conservação e utilização inicial, sem prejuízo dos serviços específicos previstos nos itens 33 a 35.
- b) Formação continuada certificada por inscrição individual: o programa oficial de capacitação poderá ser acionado pela Administração por vagas ou inscrições individuais de servidores e profissionais da rede, em quantitativos compatíveis com a implantação realizada e com a demanda concreta de cada unidade escolar, ente aderente ou secretaria contratante, sem descaracterizar a unidade metodológica da solução.

## **5.2. Da formação pedagógica certificada (Item 34)**

A formação pedagógica aplicada deverá ocorrer em formato híbrido, contemplando fundamentos da educação especial inclusiva, leitura funcional das zonas sensoriais, estratégias de mediação, documentação pedagógica, uso orientado dos recursos físicos e articulação entre prática escolar e conteúdo digital de apoio. A contratada faturará o serviço com base no número de servidores efetivamente inscritos e matriculados na plataforma, sendo a certificação emitida exclusivamente aos participantes que cumprirem os requisitos mínimos de frequência e avaliação. Os certificados deverão indicar, no mínimo, carga horária, conteúdo programático, identificação do participante e identificação da instituição emissora, observada a legislação local quanto ao eventual aproveitamento funcional.

## **5.3. Do ambiente virtual de aprendizagem e da gestão da rede (Item 35)**

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) deverá operar sob domínio ou subdomínio de titularidade da contratada, suportando cadastro individual e em massa, gestão de perfis, trilhas de apoio, relatórios exportáveis de desempenho e canais de suporte. O serviço deverá assegurar à contratante a governança operacional do programa de capacitação e do uso pedagógico da solução, centralizando dados de acesso, registros e atendimento.

## **5.4. Do ambiente virtual de aprendizagem e dos conteúdos digitais**

O ambiente virtual de aprendizagem – AVA, ou solução tecnológica equivalente, deverá suportar cadastro individual e em massa por planilha, gestão de perfis,

manutenção de logins, disponibilização de videoaulas e materiais em PDF, calendário, espaço para mensagens, FAQ, fórum, trilhas de apoio ao uso dos recursos, relatórios exportáveis e conteúdos vinculados aos QR Codes aplicados aos materiais físicos.

#### **5.5. Do suporte digital e dos SLA mínimos**

A plataforma deverá possuir disponibilidade mínima de 99% ao mês, excluídas manutenções programadas comunicadas com antecedência mínima de 48 horas. A contratada deverá manter rotinas de backup diárias, atendimento humano por e-mail e canal remoto equivalente em dias úteis, resposta inicial a chamados em até 24 (vinte e quatro) horas úteis e meta de restabelecimento em até 8 (oito) horas nos casos de indisponibilidade total do serviço.

#### **5.6. Do fluxo de cadastros, acessos e matrículas**

A contratante consolidará e encaminhará à contratada a lista inicial dos profissionais participantes, contendo os dados necessários ao cadastro e à liberação de acessos. A contratada executará as matrículas no AVA, liberará os acessos e manterá rotina de atualização cadastral, observado o fluxo de implantação, a organização da unidade escolar e as substituições formalmente validadas pela contratante.

#### **5.7. Da Atualização Pedagógica e Normativa**

A contratada deverá garantir que o conteúdo da plataforma e o programa de formação estejam permanentemente alinhados com as diretrizes vigentes do MEC, em especial aos Decretos Federais nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025. Eventuais adequações legislativas ou atualizações pedagógicas de menor complexidade que ocorram durante a vigência do contrato deverão ser incorporadas à plataforma digital e refletidas nos módulos de estudo sem custos adicionais à contratante.

### **6. DAS REGRAS DE ACIONAMENTO DOS SERVIÇOS, ACESSOS E SUBSTITUIÇÕES**

6.1. Os itens 33, 34, 35 e 36 compõem o lote único juntamente com os recursos físicos e constituem parcelas vinculadas e parametrizadas de execução da mesma solução integrada, devendo ser ofertados pela mesma contratada e observando, na execução e no faturamento, as respectivas unidades de medida e as regras de acionamento definidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.1.1. A contratação dos serviços previstos nos itens 33 a 36 pressupõe a prévia contratação de recursos físicos da solução integrada, não se admitindo sua contratação autônoma e desvinculada da implantação pedagógico-estrutural.

6.1.2. Os serviços previstos nos itens 33 a 36 possuem natureza acessória, complementar e parametrizável dentro da solução integrada, podendo ser acionados pela contratante conforme a escala de implantação física, a

---

---



capacidade orçamentária e a necessidade concreta da rede, observadas as regras deste Termo de Referência.

6.2. O item 34 (Formação Certificada) será acionado pela contratante mediante o envio da lista de servidores indicados para capacitação, em quantitativos compatíveis com a implantação realizada e com a demanda concreta da rede. A contratada executará as matrículas no AVA, liberará os acessos individuais e organizará as turmas e os encontros necessários à execução da carga horária prevista.

6.3. O faturamento do item 34 não ficará condicionado à conclusão individual do curso por todos os inscritos, mas à efetiva disponibilização da vaga, matrícula no ambiente virtual, oferta do conteúdo, realização dos encontros previstos e manutenção da tutoria e do suporte pela contratada, sem prejuízo do dever de emissão de certificados apenas aos participantes elegíveis.

6.4. A aquisição isolada de itens físicos avulsos, destinada a reposição, complemento pontual ou reforço de acervo, não gera automaticamente o acionamento dos itens 33, 34, 35 e 36, sem prejuízo do fornecimento dos QR Codes e dos conteúdos digitais básicos vinculados aos materiais entregues, quando previstos no item correspondente. Tal regra não descaracteriza a indissociabilidade do lote para fins licitatórios, de responsabilização da contratada e de coerência metodológica da solução.

6.5. Considera-se acesso ativo a disponibilização regular e funcional do ambiente digital, dos conteúdos, dos canais de suporte e dos recursos de acompanhamento remoto previstos no item 35, não se confundindo com certificação individual nem com a mera existência de cadastro não ativado.

6.6. A certificação dos participantes estará condicionada ao cumprimento da carga horária, da frequência e dos requisitos acadêmico-pedagógicos previstos para a trilha formativa correspondente.

6.7. Haverá janela inicial de ajuste cadastral, a ser definida no instrumento contratual, para correção de listas, substituições iniciais e consolidação das inscrições. Após esse período, substituições somente ocorrerão mediante justificativa administrativa da contratante, incluindo desligamento, mudança de função, afastamento prolongado, desistência formal ou situação equivalente.

6.8. A contratante deverá designar gestor local para interlocução com a contratada, consolidação das listas, validação das substituições e acompanhamento da execução formativa e digital por unidade escolar ou ente aderente.

## 7. DA ATIVAÇÃO PEDAGÓGICA MÍNIMA DOS RECURSOS FÍSICOS

7.1. Todos os itens físicos da solução deverão ser acompanhados de ativação pedagógica mínima obrigatória, compreendendo, no mínimo, protocolo ou

---

---

tutorial de uso, QR Code aplicado de forma durável, acesso a conteúdos digitais de apoio, instruções básicas de segurança, orientações de conservação e sugestões de intencionalidade pedagógica.

7.2. A ativação pedagógica mínima dos recursos físicos não substitui a formação pedagógica aplicada nem o suporte digital continuado previstos nos itens 33, 34 e 35, mas constitui camada básica de orientação integrada ao fornecimento dos bens.

## 8. DOS REQUISITOS TÉCNICOS COMUNS DOS RECURSOS FÍSICOS

8.1. Todos os itens físicos deverão atender a requisitos mínimos de segurança, acabamento, estabilidade, durabilidade, acessibilidade e rastreabilidade, observadas as especificações técnicas deste Termo de Referência e de seus anexos.

I – cantos e bordas arredondados, sem quinas vivas;

II – ausência de farpas, felpas, deslocamentos ou elementos que exponham risco indevido ao usuário;

III – fixações estruturais compatíveis com uso infantil intenso, preferencialmente sem pontas expostas em áreas críticas;

IV – acabamento com verniz UV atóxico, acabamento à base d'água ou solução equivalente compatível com uso educacional;

V – QR Code físico em posição acessível e com durabilidade compatível com o ambiente de uso, quando aplicável;

VI – elementos de Braille e acessibilidade quando aplicáveis ao item e à finalidade pedagógica; e

VII – possibilidade de identificação patrimonial ou brasão do ente contratante, quando prevista no pedido específico.

### 8.2. Da matéria-prima

Os produtos deverão ser confeccionados em multilaminado ou compensado de bétula como matéria-prima primária, admitindo-se material de desempenho integralmente equivalente somente se a licitante comprovar, por laudos e ensaios idôneos, atendimento aos parâmetros mínimos de segurança, resistência, estabilidade, durabilidade, superfície lisa e acabamento definidos pela Administração.

A madeira deverá apresentar resistência à umidade compatível com uso escolar, superfície 100% lisa, baixa oscilação de espessura e desempenho mecânico adequado. Admite-se como referência técnica sistema de colagem compatível com resina WBP, cola fenólica ou equivalente de desempenho compatível, bem como acabamento adequado dos topos.

---

---

### **8.3. Dos laudos, amostras e ensaios**

A Administração poderá exigir amostras, fichas técnicas, relatórios de ensaio, certificados e testes laboratoriais para comprovar atendimento aos requisitos de matéria-prima, acabamento, densidade, resistência, dureza, risco superficial, impacto e segurança dos itens.

#### **8.3.1. Critérios mínimos de desempenho para comprovação de equivalência técnica**

I – ensaio de flexão (módulo de elasticidade): média mínima de 8.800 MPa, com base na ISO 16978 ou equivalente;

II – resistência ao impacto: graduação 5 e média de diâmetro de marca não superior a 6,7 mm, com base na ABNT NBR 14535:2008 ou equivalente;

III – densidade aparente: média mínima de 660 kg/m<sup>3</sup>, com base na ABNT NBR 17002:2021 ou equivalente;

IV – dureza Janka: média mínima de 1.600 kgf, com base na ABNT NBR 7190:2022 ou equivalente; e

V – resistência dos acabamentos ao risco com grafite: resultado mínimo H ou superior, com base na ABNT NBR 14535:2008 ou equivalente.

8.3.2. Não serão admitidos materiais que, por sua composição ou desempenho, não alcancem os parâmetros mínimos de resistência mecânica, estabilidade, dureza, densidade, acabamento, segurança tátil e durabilidade definidos para o objeto, inclusive quando se tratar de soluções em MDF, MDP, aglomerados, Pinus ou outros substratos de desempenho incompatível com uso escolar intensivo, sem prejuízo da comprovação de equivalência técnica quando expressamente admitida neste Termo de Referência.

## **9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os itens físicos da solução serão executados por ordens de fornecimento emitidas pelos órgãos aderentes, observado o cronograma logístico, o plano de implantação e os prazos de entrega definidos no edital, na ata e no instrumento contratual decorrente.

9.2. O item 33 será executado por unidade escolar atendida, com base em agenda de implantação definida entre contratante e contratada, contemplando alinhamento inicial, leitura funcional do ambiente, ativação mínima dos recursos, orientação de posicionamento e entrega do plano simplificado de uso.

9.3. O item 34 será executado por servidor/profissional inscrito, observada a organização em turmas, a carga horária mínima, os conteúdos previstos, os encontros presenciais e/ou síncronos, os registros acadêmicos e os certificados cabíveis.

9.4. O item 35 será executado mediante disponibilização efetiva do ambiente digital, dos acessos, dos conteúdos, dos relatórios, dos canais de atendimento e

do suporte remoto pelo período contratual correspondente ao pacote anual definido na planilha.

9.5. A contratada deverá observar os prazos de setup, cadastro, liberação de acessos, entrega do material didático, ativação pedagógica, realização dos encontros, disponibilização de conteúdos, emissão de registros e suporte técnico-pedagógico, conforme o plano de trabalho aprovado pela contratante.

## 10. DO RECEBIMENTO E DO ACEITE

10.1. O recebimento dos itens físicos ocorrerá em duas etapas, com recebimento provisório e definitivo, observados os prazos, a conferência de quantitativos, a integridade física, a conformidade técnica, a identificação patrimonial, a acessibilidade, os QR Codes, as orientações de uso e, quando for o caso, a apresentação de amostras e de documentos técnicos complementares.

10.2. O recebimento do item 33 ocorrerá mediante comprovação da ativação pedagógica inicial e da implantação assistida, com termo de aceite, relatório sintético e evidências da execução por unidade escolar.

10.3. O recebimento do item 34 ocorrerá mediante comprovação da matrícula dos inscritos, da oferta da trilha formativa correspondente, da realização dos encontros previstos, dos registros de presença e participação e, quando cabível, da emissão dos certificados aos participantes elegíveis.

10.4. O recebimento do item 35 ocorrerá mediante comprovação da efetiva disponibilização do ambiente digital, dos acessos, dos conteúdos e do suporte remoto, com relatórios e evidências compatíveis com o pacote contratado.

10.5. Da auditoria de qualidade e verificação de conformidade material. A Administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo durante a execução contratual, submeter amostras aleatórias dos produtos entregues a testes laboratoriais ou auditoria física, inclusive com amostragem destrutiva quando tecnicamente justificada. A constatação de fornecimento de recursos com componentes estruturais diversos dos exigidos neste Termo de Referência poderá caracterizar grave desconformidade contratual, sujeitando a contratada às sanções cabíveis, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de controle quando houver indícios de fraude ou dolo.

## 11. DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. Os itens físicos da solução serão medidos por item ou conjunto efetivamente entregue, recebido e aceito pela contratante.

11.2. O item 33 será medido por unidade escolar com implantação concluída, devidamente atestada pela contratante.

11.3. O item 34 será medido por servidor ou profissional efetivamente inscrito e matriculado, com disponibilização da trilha correspondente, organização da

---

---

oferta formativa e evidências da execução da carga horária prevista no período de referência.

11.4. O item 35 será medido por pacote anual efetivamente disponibilizado e ativo, conforme o pedido administrativo e a abrangência da rede atendida, desde que acompanhado de evidências da prestação do serviço digital e do suporte remoto.

**11.5. Evidências mínimas para faturamento dos serviços continuados**

Deverão acompanhar a medição dos itens 33, 34 e 35, no mínimo, conforme aplicável: relatório de implantação por unidade escolar, listas de participantes, comprovantes de matrícula, registros de presença, histórico de encontros realizados, registros de acessos, módulos liberados, relatórios de suporte, extratos gerenciais, materiais disponibilizados e demais evidências previstas no contrato.

A emissão de nota fiscal relativa aos serviços continuados não ficará condicionada à conclusão individual integral de todos os participantes, mas à prestação efetiva do serviço contratado e à disponibilidade dos recursos, encontros, tutoria, materiais e acessos devidos pela contratada, conforme cronograma e evidências mínimas de execução.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar fielmente o objeto contratado, nos termos deste Termo de Referência, do edital, da ata e do contrato.

12.2. Fornecer os recursos físicos, os elementos de acessibilidade, os QR Codes, os conteúdos de apoio e a ativação pedagógica mínima vinculada aos bens.

12.3. Executar a ativação pedagógica inicial, a formação aplicada e o suporte digital continuado nos termos dos itens 33, 34 e 35, bem como fornecer o material didático de apoio previsto no item 36, quando contratado.

12.4. Disponibilizar e administrar o ambiente virtual, os relatórios, os canais de atendimento, os acessos, os materiais digitais e os registros necessários ao acompanhamento contratual.

12.5. Manter a coordenação científico-metodológica central e a equipe técnico-pedagógica compatíveis com a complexidade do objeto.

12.6. Entregar, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os itens que apresentarem vício, defeito, avaria ou desconformidade, observados os prazos contratuais e a garantia mínima aplicável.

12.7. Ao término do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA obriga-se a transferir à Administração, no prazo de 30 dias, a totalidade do código-fonte,

arquivos de configuração e credenciais de acesso, sem custos adicionais, responsabilizando-se pela integridade dos dados.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Indicar gestor local do programa e fiscal do contrato ou da ata, conforme o caso.

13.2. Consolidar e enviar listas de participantes, cadastros e atualizações necessárias à execução dos serviços formativos e digitais.

13.3. Validar substituições, alterações cadastrais e cronogramas de implantação e formação, quando aplicável.

13.4. Indicar os locais de entrega e, quando houver instalação, disponibilizar o ambiente em condições técnicas adequadas à montagem segura.

13.5. Receber, armazenar, distribuir e atestar os itens físicos entregues, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo.

13.6. Atestar a medição e o recebimento dos serviços continuados com base nas evidências e relatórios previstos neste Termo de Referência.

### 14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DIRETRIZES

14.1. Habilitação jurídica e compatibilidade do objeto social. A licitante deverá demonstrar, em seus atos constitutivos e registros cadastrais, compatibilidade entre suas atividades econômicas e a natureza integrada do lote único, abrangendo, de forma não excludente, fornecimento de materiais pedagógicos, mobiliário ou artefatos correlatos, bem como serviços de formação, suporte técnico-pedagógico e operação de ambiente digital de apoio, quando aplicáveis ao modelo de negócio da licitante.

14.2. Qualificação técnico-operacional (atestados de capacidade). A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de objeto compatível com a solução integrada, admitida a demonstração da aptidão por um ou mais atestados que, em conjunto, evidenciem experiência em fornecimento de recursos pedagógicos/sensoriais estruturados e em serviços de formação ou suporte pedagógico correlato, em características compatíveis com o objeto.

14.3. Qualificação técnico-profissional (coordenação científica). A licitante deverá comprovar a disponibilidade de profissional com titulação *stricto sensu* compatível com a temática educacional do objeto, admitida titulação de doutorado ou livre-docência, integrante de seu quadro técnico ou mediante vínculo contratual idôneo, para exercer a supervisão metodológica e a curadoria científica do projeto.

---

---



14.4. Poderão ser exigidos, com a proposta ou em diligência, catálogos, manuais, fichas técnicas, certificados, laudos, amostras, documentos de fabricante e demais elementos necessários à comprovação objetiva das especificações técnicas e funcionais dos materiais ofertados.

14.5. Para os itens formativos e digitais, o edital poderá exigir a relação dos profissionais que atuarão diretamente na formação e no suporte, acompanhada de documentos comprobatórios de qualificação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o objeto.

14.6. Da participação de licitantes sob a forma de consórcio, serão observadas as condições especiais e os requisitos cumulativos a seguir estabelecidos, indispensáveis à preservação da integridade técnica, da responsabilidade solidária e da governança operacional do objeto contratado:

14.6.1. cada consorciada deverá comprovar, individualmente e de forma integral, o atendimento de todos os requisitos de habilitação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira exigidos para a licitante isolada, vedada qualquer forma de somatório ou complementação entre os membros;

14.6.2. os índices econômico-financeiros mínimos exigidos no edital deverão ser demonstrados por cada empresa participante do consórcio, considerada de forma autônoma, sem aproveitamento proporcional ou compartilhado entre as consorciadas;

14.6.3. é vedada a participação de uma mesma empresa como consorciada em mais de um consórcio ou, simultaneamente, como consorciada e licitante individual;

14.6.4. o consórcio deverá apresentar, previamente à fase de habilitação, compromisso público de constituição, com indicação da empresa líder, a qual responderá perante a Administração pela integralidade das obrigações assumidas, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

14.6.5. a empresa líder do consórcio deverá, isoladamente, satisfazer os requisitos de maior complexidade técnica e operacional definidos neste edital, notadamente aqueles relacionados à execução das parcelas de maior relevância do objeto.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, SEGURANÇA E CONFORMIDADE

15.1. O edital poderá exigir conformidade com normas de segurança, certificações cabíveis, laudos de materiais, critérios de sustentabilidade e vedação a materiais de desempenho inferior, desde que a motivação técnica conste do ETP e do processo.

---

---



15.2. Os itens físicos deverão observar, quando cabível, certificação do Inmetro, conformidade laboratorial, requisitos de acessibilidade, segurança infantil, durabilidade, rastreabilidade e compatibilidade com higienização escolar intensiva.

15.3. Os componentes digitais e os fluxos de cadastro e suporte deverão observar a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018, no que couber ao tratamento das informações dos usuários e profissionais da rede.

## 16. DA VIGÊNCIA DA ATA E DOS INSTRUMENTOS DECORRENTES

16.1. A ata de registro de preços observará a vigência legal aplicável ao Sistema de Registro de Preços, sem garantia de consumo mínimo.

16.2. Os instrumentos contratuais decorrentes detalharão prazos de entrega, implantação, ativação pedagógica, formação, disponibilização digital, garantia, recebimento e demais condições específicas de execução.

16.3. Quando contratado o item 35, o pacote anual de suporte digital e acompanhamento remoto deverá observar o período mínimo de disponibilização definido no instrumento contratual correspondente, sem prejuízo da entrega do material didático do item 36 quando previsto no pedido específico.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram este Termo de Referência o ETP, o DFD e os anexos técnicos que vierem a detalhar os requisitos de aceitação, a planilha de quantitativos, os padrões de desempenho, as exigências de amostras, os documentos de fabricante e os cronogramas de implantação e formação.

17.2. As especificações finais deverão ser calibradas à luz das quantidades estimadas do consórcio, da memória de cálculo do SRP, das orientações da assessoria jurídica competente e das decisões administrativas supervenientes formalmente justificadas no processo.

Carmópolis de Minas, 14 de abril de 2026.

---

**Meriton Balduino Alves**  
**Diretor Executivo**

---

---

## ANEXO II

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CODEMM – MG  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
N.º XXX/2026

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |         |                   |                   |                |             |
|------------|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|-------------|
| X          | Especificação   | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Valor Total |
|            |   |         |                   |                   |                |             |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

## ANEXO II

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

### **Dos limites para as adesões**

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

## ANEXO II

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho dedespesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastrode reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*;e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

## ANEXO II

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

## ANEXO II

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

## ANEXO II

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



## ANEXO II

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## ANEXO II

### Anexo

#### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

|            |  |         |                   |                   |                |             |
|------------|--|---------|-------------------|-------------------|----------------|-------------|
| Item do TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |         |                   |                   |                |             |
| X          | Especificação  | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Valor Total |
|            |  |         |                   |                   |                |             |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

|            |  |         |                   |                   |                |             |
|------------|--|---------|-------------------|-------------------|----------------|-------------|
| Item do TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |         |                   |                   |                |             |
| X          | Especificação  | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Valor Total |
|            |  |         |                   |                   |                |             |

**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



CODEMM

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE XXXXX, POR INTERMÉDIO DO  
(A) ..... E  
.....

O CODEMM, por intermédio do(a) *[órgão contratante]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *Diário Oficial do Município* *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *[Pregão Eletrônico]* **OU** *[Concorrência]* **OU** *[Dispensa de Licitação]* **OU** *[Inexigibilidade de Licitação]* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |        |                   |            |                |             |

|     |  |  |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| 2   |  |  |  |  |  |  |
| 3   |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carmópolis de Minas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-